



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE MARCOLÂNDIA 2026-2029



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



MISSÃO

Promover o acesso universal, integral e humanizado aos serviços de saúde, por meio de ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, garantindo qualidade no atendimento e fortalecendo a Atenção Primária à Saúde, visando à melhoria da qualidade de vida da população de Marcolândia.

VISÃO

Ser referência regional em gestão pública de saúde, destacando-se pela humanização, eficiência, inovação e compromisso com o cuidado integral da população, fortalecendo continuamente a rede municipal de saúde e os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS.

VALORES

Humanização no atendimento;
Ética, transparência e responsabilidade pública;
Equidade e inclusão social;
Valorização da vida e do cuidado integral;
Compromisso com os princípios do SUS;
Participação e controle social;
Respeito aos usuários e aos profissionais de saúde;
Trabalho em equipe e interdisciplinaridade;
Eficiência, planejamento e inovação na gestão;
Promoção da saúde e prevenção de doenças.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



CORINTO MACHADO DE MATOS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

VALMIR RODRIGUES DAMASCENO

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

DOMITILIA DE SOUSA ALENCAR DAMASCENO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SEVERIANO JANEIO DA SILVA GOMES

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE - 2026 – 2029

Aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde através resolução de N° 03, de 20 de março de 2026.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARCOLÂNDIA – PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 03/2026

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Marcolândia – Estado do Piauí, em reunião ordinária realizada no dia 20 de março de 2026, no uso de suas competências regimentais e das atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e pela criação do Conselho Municipal de Saúde pela Lei Municipal nº 021, de 02 de setembro de 1994, e

CONSIDERANDO a apresentação ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Plano Municipal de Saúde referente ao exercício de 2026 – 2030.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Saúde referente ao exercício de 2026 – 2030 da Secretaria Municipal de Saúde de Marcolândia – PI.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Marcolândia – PI, 20 de março de 2026.

Severiano Janeco da Silva Gomes
Severiano Janeco da Silva Gomes
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a Resolução nº 03/2026, nos termos da legislação vigente.

Domitília de Sousa Alencar Damasceno
Domitília de Sousa Alencar Damasceno
Secretária Municipal de Saúde

DOMITÍLIA DE SOUSA
ALENCAR DAMASCENO
CPF: 412.157.273-00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MARCOLÂNDIA - PI

Sec. Mun. de Saúde de Marcolândia-PI - SMSM
CNPJ: 02.649.559/0001-72
Marcolândia-PI



APRESENTAÇÃO

As diretrizes e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), aliados às propostas aprovadas na Conferência Municipal de Saúde e à pactuação dos indicadores de saúde junto às esferas federal e estadual, orientam e norteiam as ações desenvolvidas no município de Marcolândia, estado do Piauí.

O Plano Municipal de Saúde sistematiza as principais características do município, da população e do perfil epidemiológico local, constituindo-se como um importante instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde. Nele, encontra-se apresentada a Rede de Atenção à Saúde, com destaque para a Atenção Primária à Saúde, os programas estratégicos e os serviços de saúde, além das ações voltadas às vigilâncias ambiental, sanitária e epidemiológica.

Ademais, o Plano Municipal de Saúde foi elaborado por meio de um processo participativo, democrático e integrado, envolvendo gestores, profissionais de saúde, usuários e o Conselho Municipal de Saúde, fortalecendo o compromisso com a construção coletiva das políticas públicas e com a melhoria contínua da qualidade da assistência ofertada à população.



**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



SIGLAS

PMS – Plano Municipal de Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

PPA – Plano Plurianual de Saúde

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentarias

LOA – Lei Orçamentaria Anual

PAS – Programação Anual de Saúde

CMS – Conselho Municipal de Saúde

PI – Piauí

PE – Pernambuco



LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Apresentação dos dados do município de Marcolândia estado do Piauí, 2026.....	22
TABELA 02 - Distâncias entre municípios de referência Marcolândia, estado do Piauí, 2026.....	25
TABELA 03 - Condições Ambientais no município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.....	26
TABELA 04 – Trabalho e Renda no município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.....	27
TABELA 05 - Características Geológicas do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.....	28
TABELA 06 - Características Hídricas do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.....	28
TABELA 07 - Principais Indicadores Educacionais no município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.....	29
TABELA 08 - Indicadores Educacionais do Município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.....	30
TABELA 09 – Demonstrativo de mortalidade por ano de 2022 -2025 do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.....	33
TABELA 10 - Principais Causas de Óbitos segundo Capítulo CID-10 (2022–2025) no Município de Marcolândia, 2026.....	34
TABELA 11 - Total de Mortes Prematuras no Município de Marcolândia (2022–2025), 2026.....	35



TABELA 12 - Número Absoluto de Óbitos Infantis (2022–2025) no Município de Marcolândia, 2026.....	36
TABELA 13 - Demonstrativo da Proporção de Óbitos Infantis Investigados no município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026	37
TABELA 14 - Demonstrativo de Óbitos em Mulheres em Idade Fértil no município de Marcolândia, estado do Piauí, 202.....	38
TABELA 15 - Percentual de Cobertura Vacinal por Vacina no Município de Marcolândia, estado do Piauí 20266	41
TABELA 16 - Proporção de Casos de Doenças de Notificação Compulsória Imediata Encerrados em até 60 Dias após Notificação no Município de Marcolândia, estado do Piauí.....	42
TABELA 17 - Notificação dos Casos de Dengue (2022 – 2025) no Município de Marcolândia, estado do Piauí 20266	44
TABELA 18 - Notificação de Casos de COVID-19 no Município de Marcolândia, estado do Piauí (2022 2025)	45
TABELA 19 – Rede de estabelecimento de saúde do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.	50
TABELA 20 – Relação de funcionários da Secretaria Municipal no Município de Marcolândia, estado do Piauí	52
TABELA 21 - Receitas do último ano orçamentário do quadriênio anterior – 2025 no Município de Marcolândia 2026.....	66
TABELA 22 - Demonstrativo Orçamentário de Despesas com Saúde no Município de Marcolândia 2026.....	67
TABELA 23 - Previsão orçamentaria para os anos de 2026, 2027, 2028 e 2029 no Município de Marcolândia 2026.....	68



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



TABELA 24: Planejamento das diretrizes, objetivos, indicadores e metas para o plano municipal de saúde (2026 – 2029).....69



LISTA DE IMAGEM

IMAGEM 01: Vista aérea do município de Marcolândia estado do Piauí nos dias,2026.....	20
IMAGEM 02: Localização do município de Marcolândia, estado do Piauí no mapa estadual,2026.....	23
IMAGEM 03: Carta Imagem do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.....	23
IMAGEM 04: Rodovias presentes no município de Marcolândia. Estado do Piauí,2026.....	24
IMAGEM 05: Municípios confinante em limites com Marcolândia, estado do Piauí,2026.....	24
IMAGEM 06: Território de Desenvolvimento Vale do Itaim, uma divisão territorial do estado do Piauí,2026.....	26



SUMARIO

1.Introdução	12
2. Objetivos.....	14
2.1.Objetivo Geral.....	14
2.2. Objetivos Específicos	14
3. Característica Gerais do Município.....	14
3.1. Histórico	14
3.2. Caracterização Física e Geográfica.....	14
3.3. Aspectos Demográficos e Socioeconômicos	12
3.4. Localização do Município	14
3.5. Rodovias e Limites	14
3.6. Território de Desenvolvimento	14
3.7. Condições Ambientais, Trabalho e Renda	14
3.8. Análise Geológica e Hídrica	14
3.9. Indicadores Educacionais	14
4. Diagnostico Epidemiológica	14
4.1. Vigilância Epidemiológica	14
4.2. Condições de Saúde da População.....	14
4.2.1. Mortalidade	12
4.2.2. Taxa de Mortalidade Prematura	14
4.2.3. Mortalidade Infantil.....	14
4.2.4. Proporção de Óbitos Infantil a Investigados	14
4.2.5. Mortalidade por Mulheres em Idade Fértil	14



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



4.3. Imunização	14
4.4. Doenças Transversais e de Notificação Compulsórias	14
4.5. Notificação de Dengue	14
4.6. Notificação de COVID.....	14
4.7. Descrição e Análise do Perfil da Morbidade Ambulatorial, Hospitalar e das Urgências	14
5. Vigilância Sanitária	14
5.1. Fiscalização de Produtos	14
5.2. Saneamento, Alimento e Saúde do Trabalhador.....	14
6. Organização e Funcionamento da Gestão Municipal do SUS.....	14
6.1. Rede Física Instalada.....	14
6.2. Recursos Humanos	14
7. Produção dos Serviços	14
7.1. Prioridades	14
7.2. Estratégias de Ação	14
8. Desenvolvimento das Atividades dos Programas de Saúde	14
8.1. Vigilância em Saúde.....	14
8.2. Saúde da Criança.....	14
8.3. Saúde do Adolescente	14
8.4. Saúde da Mulher	14
8.5. Saúde Bucal.....	14
8.6. Programa de Controle da Tuberculose	14
8.7. Programa de Controle da Hanseníase	14
8.8. IST/HIV/AIDS	14
8.9. Saúde do Idoso	14
8.10. Saúde Mental.....	14



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



8.11. Programa Hiperdia	14
8.12. Educação Permanente em Saúde.....	14
8.13. Programa Saúde na Escola (PSE)	14
8.14. Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT).....	14
8.15. Assistência Farmacêutica	14
9.rede de atenção à saúde.....	14
9.1. Rede Alyne.....	14
9.2. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)	14
9.3. Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE).....	14
9.4. Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas	14
9.5. Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.....	14
10. Demonstrativo Orçamentário e Financeiro.....	14
10.1. Receitas.....	14
10.2. Despesas.....	14
10.3. Previsão por Diversas Fontes e Natureza de Despesa (2022 a 2025).....	14
11. Diretrizes, Objetivos, Indicadores e Metas	14
12 – Considerações Finais	14



1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saúde (PMS) constitui-se como o principal instrumento de planejamento e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal, orientando a formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde no município de Marcolândia, estado do Piauí, para o quadriênio 2026–2029. Sua elaboração está alinhada às diretrizes do Plano de Governo Municipal, às políticas públicas de saúde nas esferas estadual e federal, bem como às deliberações da Conferência Municipal de Saúde, fortalecendo a integração entre gestão, serviços de saúde e controle social.

Enquanto instrumento estratégico de planejamento, o PMS está em consonância com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Dessa forma, consolida-se como uma ferramenta essencial para a organização das ações, definição de prioridades e aplicação eficiente dos recursos públicos em saúde.

O Plano Municipal de Saúde estabelece diretrizes, objetivos, metas e ações voltadas ao fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde, buscando garantir assistência integral, humanizada e resolutiva à população. Sua estrutura contempla as responsabilidades legais do município na execução das políticas públicas de saúde, abrangendo desde a Atenção Primária à Saúde aos demais serviços, além das ações desenvolvidas pelas vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador.

As diretrizes que norteiam o PMS foram construídas a partir das necessidades identificadas no território e das propostas aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS), assegurando a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade. Os objetivos expressam os resultados esperados pela gestão municipal, enquanto as metas representam compromissos pactuados para a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade da assistência prestada à população. Para o alcance dessas metas, são elaboradas ações estratégicas incorporadas anualmente à Programação Anual de Saúde (PAS), discutidas, monitoradas e referendadas pelo CMS.



A Secretaria Municipal de Saúde de Marcolândia, em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação social do SUS, apresenta este Plano Municipal de Saúde como parte integrante do conjunto de instrumentos de gestão do sistema de saúde. O documento foi elaborado por equipe técnica multiprofissional, com participação das coordenações, setores estratégicos e representantes do controle social, considerando as necessidades epidemiológicas, demográficas e assistenciais do município.

O presente PMS dá continuidade às ações desenvolvidas nos planos anteriores, assegurando a manutenção e o fortalecimento das políticas públicas já implantadas, ao mesmo tempo em que incorpora novos desafios e estratégias diante das mudanças no perfil epidemiológico e sanitário da população. Ressalta-se que o plano poderá ser atualizado sempre que necessário, conforme as demandas identificadas ao longo de sua vigência, garantindo maior capacidade de resposta às necessidades de saúde da população marcolandense.

Nos últimos anos, o cenário mundial de saúde foi profundamente impactado pela pandemia da COVID-19, causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), exigindo dos gestores públicos a adoção de medidas emergenciais de prevenção, vigilância, assistência e reorganização dos serviços de saúde. Esse contexto evidenciou a importância do fortalecimento do SUS, da vigilância em saúde, da Atenção Primária e das redes de cuidado, reafirmando a necessidade de planejamento contínuo e integrado das ações de saúde pública.

O município de Marcolândia apresenta relevante avanço na organização do seu sistema municipal de saúde, dispondo de rede própria de Atenção Primária estruturada por Estratégias de Saúde da Família (ESF), equipes multiprofissionais, serviços odontológicos, assistência farmacêutica e ações permanentes de vigilância em saúde, base do SAMU. Além disso, mantém pactuações e contratualizações para garantia do acesso aos serviços especializados ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade, com encaminhamentos regulados principalmente para os municípios de Picos e Teresina, fortalecendo a integralidade do cuidado.



A gestão municipal reafirma seu compromisso com a consolidação de uma saúde pública de qualidade, pautada na humanização da assistência, na promoção da saúde, na prevenção de agravos e na melhoria contínua dos serviços ofertados à população. Busca-se, assim, fortalecer o SUS municipal por meio de uma gestão eficiente, transparente e participativa, garantindo amplo acesso da população aos serviços e ações de saúde, respeitando os princípios da dignidade, equidade e cuidado integral ao cidadão, à família e à comunidade.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Planejar, organizar e fortalecer as ações e os serviços de saúde do município, visando à consolidação das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), à melhoria contínua da qualidade da assistência prestada à população e ao fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde. Busca-se, ainda, subsidiar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde, considerando as prioridades e necessidades identificadas no território, garantindo acesso integral, humanizado, resolutivo e de qualidade aos serviços de saúde.

2.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Fortalecer a organização do Sistema Municipal de Saúde, assegurando gestão descentralizada, direção única e autonomia administrativa para o gerenciamento das ações e serviços de saúde no âmbito local;
- Garantir a qualificação, sistematização e reestruturação das condições de trabalho e dos fluxos de atendimento nos setores da Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e assistência ambulatorial, visando maior eficiência e qualidade no cuidado à população;
- Ampliar e qualificar os serviços de saúde de forma quantitativa e qualitativa, implementando mecanismos permanentes de monitoramento, controle, avaliação e regulação das ações e serviços ofertados;



- Promover a organização da assistência à saúde com foco na equidade, assegurando acesso universal e igualitário aos serviços para todas as comunidades do município, incluindo populações rurais e áreas de maior vulnerabilidade social;
- Reduzir os riscos e agravos à saúde da população por meio do fortalecimento das ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde, com ênfase no controle das doenças transmissíveis e não transmissíveis;
- Monitorar e avaliar continuamente as metas e indicadores estabelecidos no Plano Municipal de Saúde, fortalecendo os processos de planejamento e tomada de decisão da gestão municipal;
- Subsidiar a tomada de decisões relacionadas às necessidades de infraestrutura, recursos humanos, qualificação profissional, equipamentos e melhorias dos serviços de saúde ofertados à população;
- Reorganizar e fortalecer a assistência em saúde, priorizando as ações estratégicas da Atenção Primária à Saúde e o enfrentamento dos agravos de maior incidência no município;
- Desenvolver ações educativas e preventivas voltadas à redução da morbimortalidade por causas externas, doenças crônicas não transmissíveis e demais agravos prioritários em saúde pública;
- Fortalecer as políticas públicas voltadas à saúde da mulher, da criança, do adolescente, do homem, do idoso e das populações em situação de vulnerabilidade, promovendo cuidado integral e humanizado;
- Ampliar as ações intersetoriais de promoção da saúde, educação em saúde e participação social, fortalecendo o vínculo entre gestão, serviços e comunidade;
- Buscar e captar recursos financeiros junto às esferas federal e estadual, visando garantir a manutenção, ampliação e qualificação do Sistema Municipal de Saúde, em conformidade com os princípios doutrinários do SUS: universalidade, integralidade e equidade.

3. CARACTERÍSTICA GERAIS DO MUNICÍPIO



3.1. HISTÓRICO

A origem do município de Marcolândia está diretamente ligada ao processo de ocupação e desenvolvimento da região da Serra do Araripe, na divisa entre os estados do Piauí e Pernambuco. Nos meados da década de 1950, o senhor Corinto Machado Matos implantou uma cancela de fiscalização destinada à arrecadação de impostos sobre a circulação de mercadorias na região, localizada estrategicamente no alto da serra, na divisa PI/PE.

O local passou a ser conhecido como “Posto da Serra”, tornando-se referência para viajantes, comerciantes e caminhoneiros que transitavam pela região. Inicialmente, a presença da fiscalização causava receio entre os motoristas, que acreditavam tratar-se de ações de assalto; contudo, rapidamente compreenderam sua finalidade administrativa e fiscalizatória.

Além de desempenhar importante papel na arrecadação tributária, o Posto da Serra representou um marco na defesa e consolidação dos limites territoriais entre os estados do Piauí e Pernambuco, fortalecendo a presença administrativa piauiense naquela região. Em agosto de 1956, ocorreu a transferência do posto fiscal da localidade de Canabrava, atualmente município de Francisco Macedo – PI, para as planícies do alto da Serra do Araripe, buscando melhores condições para a fiscalização e arrecadação.

O senhor Corinto Machado Matos, acompanhado do senhor José Olegário de Lima, deslocou-se até a região utilizando um JEEP e um caminhão Chevrolet transportando os materiais necessários para a implantação da nova unidade fiscal. As primeiras ações consistiram na instalação da cancela de controle e na construção de estruturas improvisadas de apoio, feitas de lona e palha, em meio às inúmeras dificuldades impostas pela região, então praticamente desabitada e carente de infraestrutura básica.

Naquele período, a localidade não dispunha de abastecimento de água, alimentação, assistência à saúde ou serviços essenciais, fazendo com que todos os suprimentos viessem de municípios vizinhos, como Araripina – PE, Francisco Macedo –



PI, Fronteiras – PI, Caldeirão Grande do Piauí – PI, Crato – CE e Picos – PI. O transporte era realizado principalmente pelo veículo oficial conduzido pelo próprio Corinto Matos.

Com o passar do tempo, os familiares dos funcionários do posto fiscal começaram a se instalar na região, impulsionando o surgimento das primeiras moradias e edificações. Destaca-se a construção do conhecido galpão realizado pelo senhor Zé de Madrinha, considerado uma das primeiras estruturas fixas da comunidade. Progressivamente, o local passou a atrair novos moradores, comerciantes e agricultores, consolidando o processo de povoamento da área que, durante muitos anos, ficou conhecida popularmente como Posto da Serra.

O desenvolvimento econômico inicial da localidade esteve fortemente ligado à agricultura familiar, especialmente ao cultivo da mandioca e à produção de farinha, atividades que se tornaram importantes fontes de renda para as famílias residentes. Paralelamente, surgiram pequenos comércios, hospedarias e serviços destinados aos viajantes e trabalhadores que circulavam pela região. A busca por melhores condições de vida, oportunidades de trabalho, acesso à educação e crescimento econômico contribuiu para o aumento populacional e fortalecimento social do povoado.

Ao longo dos anos, Marcolândia consolidou-se como importante núcleo urbano da região. Sua origem administrativa está vinculada ao município de Padre Marcos – PI, do qual foi desmembrada. O distrito de Marcolândia foi criado em 1989, sendo posteriormente elevado à categoria de município por meio da Lei Estadual nº 4.477, de 29 de abril de 1992, passando a possuir território e limites próprios.

Atualmente, o município integra a região de saúde do Vale do Itaim e possui crescimento populacional e desenvolvimento gradual de sua infraestrutura urbana, econômica e social, destacando-se pela relevância regional no comércio, agricultura e oferta de serviços públicos, especialmente na área da saúde.



IMAGEM 01: Vista aérea do município de Marcolândia estado do Piauí atualmente, 2026.



Fonte: Portal Cidades na Net, Marcolândia, Estado do Piauí, 2026.

3.2 – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E GEOGRÁFICA

O município de Marcolândia está localizado na região Sudeste do estado do Piauí, integrando a microrregião do Alto Médio Canindé e a região de saúde do Vale do Itaim. O município encontra-se situado na divisa entre os estados do Piauí e Pernambuco, em uma área estratégica da Serra do Araripe, sendo cortado pela rodovia BR-316, importante eixo de ligação regional e interestadual.

O município apresenta solos variados, utilizados principalmente para atividades agrícolas e pecuárias de subsistência, destacando-se historicamente o cultivo da mandioca e a produção de farinha, além da criação de pequenos animais. A economia local também possui forte influência do comércio e da prestação de serviços, favorecidos pela localização geográfica próxima à divisa interestadual.

Em relação à hidrografia, Marcolândia possui pequenos riachos e reservatórios temporários, comuns na região semiárida, utilizados para abastecimento humano, dessedentação animal e atividades agrícolas. A disponibilidade hídrica sofre influência direta do regime irregular de chuvas característico do sertão nordestino.



O município apresenta solos variados, utilizados principalmente para atividades agrícolas e pecuárias de subsistência, destacando-se historicamente o cultivo da mandioca e a produção de farinha, além da criação de pequenos animais. A economia local também possui forte influência do comércio e da prestação de serviços, favorecidos pela localização geográfica próxima à divisa interestadual.

A população encontra-se distribuída entre a zona urbana e rural, com comunidades rurais dispersas ao longo do território municipal. A sede municipal concentra os principais serviços públicos, administrativos, educacionais e de saúde, funcionando como polo de referência local para atendimento à população.

As características físicas e geográficas de Marcolândia influenciam diretamente a organização das políticas públicas municipais, especialmente nas áreas de saúde, infraestrutura, abastecimento de água, mobilidade e desenvolvimento social, exigindo planejamento contínuo para enfrentamento das vulnerabilidades relacionadas ao clima semiárido e à dispersão territorial da população.

3.3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui população aproximada de 8,5 mil habitantes, distribuída entre zona urbana e rural, apresentando densidade demográfica moderada e crescimento populacional gradual ao longo dos últimos anos.

A população caracteriza-se predominantemente por famílias de baixa e média renda, com forte presença de trabalhadores vinculados ao comércio, agricultura familiar, serviços públicos e atividades autônomas.

A economia de Marcolândia baseia-se principalmente no comércio, prestação de serviços, agricultura familiar e pequenas atividades agropecuárias. O município apresenta importante circulação econômica devido à BR-316, que favorece o deslocamento regional e o fortalecimento do comércio interestadual.



O setor público também exerce papel relevante na economia local, especialmente por meio das áreas de saúde, educação e assistência social, que contribuem significativamente para geração de emprego e renda.

O município apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considerado médio, refletindo avanços nas áreas de educação, renda e longevidade, embora ainda existem desafios relacionados às desigualdades sociais, condições climáticas do semiárido e necessidade de ampliação de oportunidades econômicas.

Os aspectos demográficos e socioeconômicos de Marcolândia demonstram um município em desenvolvimento, com potencial regional relevante, forte identidade cultural e desafios típicos do semiárido nordestino, exigindo políticas públicas contínuas voltadas à inclusão social, desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida da população.

TABELA 01 - Apresentação dos dados do município de Marcolândia estado do Piauí, 2026.

ASPECTO	DESCRIÇÃO
Município	Marcolândia
Estado	Piauí
Fundação	29 de abril de 1992
Gentílico	Marcolandense
População no último censo (2022)	Aproximadamente 8.700 habitantes
População estimada (2025)	Aproximadamente 8.900 habitantes
Bioma	Caatinga
Clima	Tropical semiárido quente, com duração de período seco de sete a oito meses ao longo do ano.
IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)	0,562
PIB per capita	Aproximadamente R\$ 13.000,00
Área Territorial	137,07 km ²
Densidade Demográfica	Aproximadamente 63 hab./km ²

Fonte: IBGE, 2026.



3.4. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

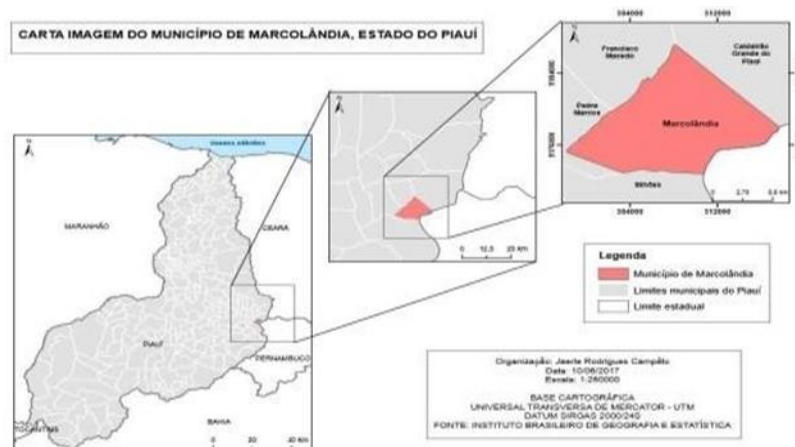
O município de Marcolândia está localizado na região Sudeste do estado do Piauí, integrando a microrregião do Alto Médio Canindé e a região de saúde Vale do Itaim, encontra-se na divisa entre os estados do Piauí e Pernambuco, em uma área estratégica da Serra do Araripe. Possui localização geográfica aproximada nas coordenadas: Latitude: 07° 26' Sul/ Longitude: 40° 39' Oeste.

IMAGEM 02: Localização do município de Marcolândia, estado do Piauí no mapa estadual, 2026.



Fonte: IBGE, 2026.

IMAGEM 03: Carta Imagem do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.



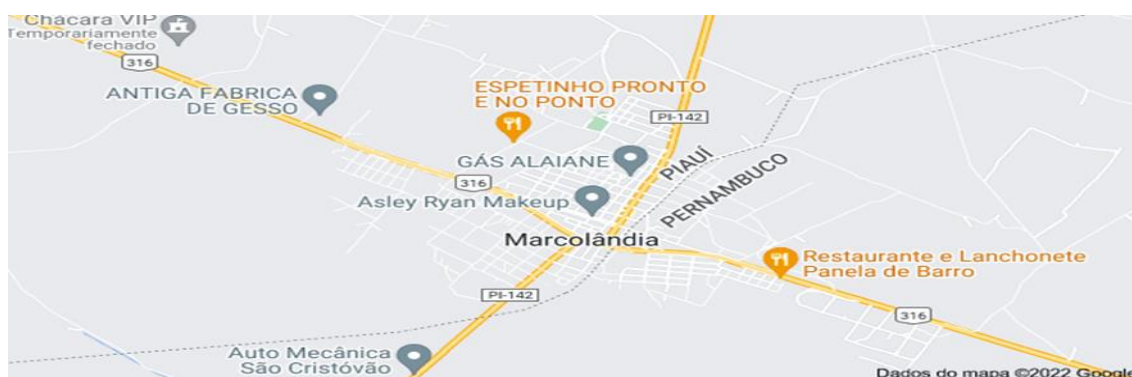
Fonte: IBGE, 2026.



3.5. RODOVIAS E LIMETES

O município de Marcolândia é cortado pela BR 316 e pela PI 142, importante rodovia federal que favorece o acesso regional e interestadual, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e para o fluxo de serviços de saúde, educação e comércio.

IMAGEM 04 – Rodovias presentes no município de Marcolândia. Estado do Piauí, 2026.



Fonte: Googlomaps, 2026.

O município de Marcolândia estado do Piauí faz limite com os seguintes municípios, Francisco Macedo, Caldeirão Grande do Piauí, Simões, ambos do estado do Piauí e Araripina no estado do Pernambuco.

IMAGEM 05: Municípios confinante em limites com Marcolândia, estado do Piauí, 2026

Município confinante de Marcolândia



Fonte: IBGE, 2026.



TABELA 02: Distâncias entre municípios de referência Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

Município de Referência	Distância Aproximada
Picos – PI	~125 km
Araripina - PE	~18 km
Padre Marcos – PI	~12 km
Francisco Macedo - PI	~20 km
Teresina – PI	~420 km

Fonte: IBGE, 2026.

Predominância de rodovias pavimentadas, com destaque para a BR-316, principal via de acesso regional. Algumas estradas vicinais da zona rural apresentam trechos parcialmente pavimentados e necessitam de manutenção periódica, especialmente durante o período chuvoso.

3.6. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO

O município de Marcolândia integra o Território de Desenvolvimento Vale do Itaim, uma divisão territorial do estado do Piauí voltada ao planejamento e à organização das políticas públicas regionais.

O Território Vale do Itaim é composto por municípios localizados na região sudeste piauiense, caracterizando-se por forte presença do bioma Caatinga, clima semiárido e economia baseada principalmente na agropecuária, comércio e serviços.

A inserção de Marcolândia nesse território favorece a integração regional das ações de saúde, educação, assistência social, infraestrutura e desenvolvimento econômico, fortalecendo estratégias voltadas à melhoria da qualidade de vida da população.

Além disso, devido à sua localização estratégica na divisa entre os estados do Piauí e Pernambuco, o município mantém importante fluxo regional com cidades vizinhas, especialmente Araripina e Picos.



IMAGEM 06: Território de Desenvolvimento Vale do Itaim, uma divisão territorial do estado do Piauí, 2026.



Fonte: SEPLAN-PI.

3.7. CONDIÇÕES AMBIENTAIS, TRABALHO E RENDA

O município de Marcolândia está inserido no bioma Caatinga, característico do semiárido nordestino, apresentando clima tropical semiárido quente, com temperaturas elevadas durante grande parte do ano e chuvas irregulares concentradas em poucos meses.

As condições ambientais do município sofrem influência direta da escassez hídrica e dos períodos prolongados de estiagem, fatores que impactam a produção agrícola, o abastecimento de água e as condições socioeconômicas da população. Apesar disso, o município desenvolve estratégias de convivência com o semiárido, incluindo utilização de cisternas, reservatórios e práticas adaptadas à realidade climática regional.

TABELA 03 - Condições Ambientais no município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

Aspecto Ambiental	Características
Bioma predominante	Caatinga
Clima	Tropical semiárido quente
Período seco	Aproximadamente 7 a 8 meses
Vegetação	Xerófila e adaptada à seca
Recursos hídricos	Riachos temporários, açudes e cisternas

Fonte: IBGE, 2026.



No aspecto econômico, o município possui sua base produtiva voltada principalmente para o comércio, prestação de serviços, agricultura familiar e pequenas atividades agropecuárias. O comércio local representa importante fonte de geração de emprego e renda, favorecido pela localização estratégica às margens da BR-316 e pela proximidade com o município de Araripina.

A agricultura familiar destaca-se na produção de subsistência, enquanto a pecuária de pequeno porte contribui para a economia rural. O setor público também exerce papel significativo na movimentação econômica local, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social.

TABELA 04 – Trabalho e Renda no município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

Indicador	Características
Principais atividades econômicas	Comércio, serviços e agricultura familiar
Trabalho predominante	Comércio informal e setor público
Fonte complementar de renda	Benefícios sociais e aposentadorias
Perfil econômico	Pequeno porte e economia regionalizada
PIB per capita	Aproximadamente R\$ 12 mil a R\$ 15 mil

Fonte: IBGE, 2026.

Apesar dos avanços observados nos últimos anos, o município ainda enfrenta desafios relacionados à geração de emprego formal, vulnerabilidade social e impactos das condições climáticas sobre a produção rural.

Nesse contexto, políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia local, inclusão produtiva, sustentabilidade ambiental e melhoria das condições de vida tornam-se fundamentais para o desenvolvimento sustentável de Marcolândia.

3.8. ANÁLISE GEOLÓGICA E HÍDRICA

Geologicamente, o município encontra-se inserido em áreas formadas predominantemente por rochas sedimentares associadas à Bacia Sedimentar do Parnaíba e influências estruturais da Chapada do Araripe. Os solos apresentam características variadas, incluindo áreas pedregosas e solos rasos, comuns no semiárido nordestino.



Os tipos de solo predominantes apresentam limitações naturais relacionadas à baixa fertilidade e susceptibilidade à erosão, especialmente em áreas com retirada da cobertura vegetal. Entretanto, algumas áreas são utilizadas para agricultura familiar e pecuária de pequeno porte.

TABELA 05 - Características Geológicas do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

Aspecto	Características
Formação geológica	Rochas sedimentares
Estrutura regional	Influência da Serra do Araripe
Solos predominantes	Rasos e pedregosos
Potencial econômico	Agricultura e pecuária
Risco ambiental	Processos erosivos e desertificação

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, 2026.

A rede hidrográfica do município caracteriza-se pela presença de cursos d'água temporários e intermitentes, típicos das regiões semiáridas. O município integra a área da Bacia Hidrográfica do Rio Itaim, sendo dependente das chuvas sazonais para recarga hídrica.

Os principais recursos hídricos locais incluem açudes, pequenos reservatórios, riachos temporários e cisternas utilizadas para abastecimento humano e atividades agropecuárias. Durante os períodos de estiagem prolongada, ocorre redução significativa da disponibilidade hídrica, impactando diretamente a população rural e a produção agrícola.

TABELA 06 - Características Hídricas do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

Aspecto	Características
Bacia hidrográfica	Rio Itaim
Cursos d'água	Temporários/intermitentes
Principais reservatórios	Açudes e cisternas
Regime hídrico	Dependente das chuvas
Desafios	Escassez hídrica e estiagens

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, 2026.



As características fisiográficas, geológicas e hídricas de Marcolândia demonstram a forte influência do semiárido sobre a dinâmica ambiental e socioeconômica local. Dessa forma, tornam-se essenciais políticas públicas voltadas à preservação ambiental, manejo sustentável dos recursos naturais e fortalecimento das estratégias de convivência com o semiárido.

3.9. INDICADORES EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MARCOLÂNDIA, ESTADO DO PIAUÍ.

A educação no município de Marcolândia constitui importante eixo para o desenvolvimento social e econômico local, sendo organizada por meio da rede municipal e estadual de ensino, abrangendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Os indicadores educacionais permitem analisar aspectos relacionados ao acesso, permanência, rendimento escolar e qualidade da educação básica, subsidiando o planejamento das políticas públicas educacionais.

TABELA 07 - Principais Indicadores Educacionais no município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

Indicador	Dados Aproximados
Taxa de escolarização (6 a 14 anos)	Superior a 95%
IDEB – Anos Iniciais	Em crescimento gradual
IDEB – Anos Finais	Evolução moderada
Rede de ensino	Municipal e estadual
Modalidades ofertadas	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2026.

O município apresenta avanços na ampliação do acesso à educação básica, especialmente no ensino fundamental, acompanhando as políticas públicas nacionais voltadas à universalização do ensino. A taxa de escolarização da população entre 6 e 14 anos demonstra ampla cobertura educacional, refletindo esforços para garantir permanência e acesso à escola.



O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um dos principais indicadores utilizados para avaliar a qualidade da educação no Brasil, considerando taxas de aprovação escolar e desempenho dos estudantes nas avaliações do SAEB.

O município de Marcolândia vem apresentando evolução gradual nos indicadores de aprendizagem e fluxo escolar, acompanhando a tendência de crescimento observada no estado do Piauí nos últimos anos.

A rede educacional municipal busca fortalecer ações voltadas à melhoria da aprendizagem, capacitação docente, transporte escolar, alimentação escolar e redução da evasão escolar, especialmente nas áreas rurais do município.

Entre os principais desafios educacionais destacam-se: fortalecimento da aprendizagem; redução da distorção idade-série; ampliação da infraestrutura escolar; inclusão digital; valorização dos profissionais da educação.

Apesar das limitações estruturais típicas dos municípios do semiárido, Marcolândia vem avançando na consolidação das políticas educacionais e na melhoria gradual dos indicadores de qualidade do ensino, contribuindo para o desenvolvimento humano e social da população local.

TABELA 08 - Indicadores Educacionais do Município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

Indicador	Dados Aproximados
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2025)	97,5%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) (2025)	5,3
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (rede pública) (2025)	4,8
Matrículas no ensino fundamental (2025)	Aproximadamente 1.585 matrículas
Matrículas no ensino médio (2025)	Aproximadamente 430 matrículas
Docentes do ensino fundamental (2025)	Aproximadamente 100 docentes
Docentes do ensino médio (2025)	Aproximadamente 30 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental (2025)	10 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio (2025)	1 escolas



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2026.

Os indicadores educacionais do município de Marcolândia demonstram manutenção da elevada cobertura escolar na faixa etária obrigatória de 6 a 14 anos, refletindo os esforços das redes municipal e estadual para garantir acesso e permanência dos estudantes na escola.

O IDEB dos anos iniciais apresenta evolução gradual, evidenciando melhorias no fluxo escolar e no desempenho dos estudantes da rede pública. Já os anos finais do ensino fundamental ainda apresentam desafios relacionados ao rendimento e à permanência escolar, realidade comum em municípios do semiárido nordestino.

O quantitativo de matrículas e docentes demonstra estabilidade da rede educacional, garantindo atendimento à população estudantil tanto da zona urbana quanto rural do município.

04 – DIAGNOSTICO EPIDEMIOLÓGICA

O diagnóstico epidemiológico do município de Marcolândia constitui importante instrumento para análise das condições de saúde da população, permitindo identificar os principais agravos, fatores de risco, perfil de morbimortalidade e necessidades prioritárias do território.

O município apresenta perfil epidemiológico característico de cidades de pequeno porte do semiárido nordestino, coexistindo doenças crônicas não transmissíveis, doenças infecciosas e agravos relacionados às condições socioambientais.

4.1. VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA

O perfil epidemiológico tem como finalidade fornecer informações relevantes aos profissionais de saúde acerca das doenças e agravos de notificação compulsória identificados no município, subsidiando o processo de vigilância, monitoramento e análise da situação de saúde da população. Essas informações oferecem suporte técnico



aos gestores e profissionais vinculados à Rede Pública de Saúde para o desenvolvimento de ações de planejamento, promoção, prevenção e controle dos agravos de interesse em Saúde Pública.

Além disso, o perfil epidemiológico contribui para o fortalecimento das ações da Rede de Atenção Primária à Saúde, possibilitando maior organização dos serviços, qualificação da assistência prestada e melhoria contínua da qualidade do atendimento, visando à promoção do cuidado integral e à maior satisfação da comunidade.

Conforme estabelece a Lei nº 8.080/1990, a Vigilância Epidemiológica é definida como “um conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle das doenças e agravos”.

No município, o Sistema de Vigilância Epidemiológica encontra-se estruturado em níveis de assistência organizados para garantir o monitoramento, investigação, notificação e acompanhamento dos agravos de relevância em saúde pública, por meio do Serviço de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças, atuando de forma integrada com a Rede de Atenção Básica e demais setores da saúde municipal.

4.2. CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO

A análise dos dados epidemiológicos tem como objetivo identificar as causas e os fatores que influenciam a ocorrência dos eventos relacionados ao processo saúde-doença, permitindo descrever a frequência, distribuição e comportamento desses agravos na população. Além disso, possibilita comparar sua ocorrência entre diferentes grupos populacionais, considerando os fatores de risco e vulnerabilidades aos quais estão expostos.

Os achados epidemiológicos fornecem evidências fundamentais para o planejamento e implementação de ações de promoção da saúde, prevenção, controle e monitoramento dos agravos, contribuindo diretamente para o fortalecimento das políticas públicas de saúde. Esses indicadores também permitem compreender a relação entre as condições de vida da população e os determinantes socioeconômicos, demográficos, ambientais e sanitários do território.



Dessa forma, a partir dos dados coletados e analisados, foi possível avaliar importantes indicadores de saúde do município, incluindo mortalidade geral, mortalidade infantil, mortalidade materna, incidência de doenças e agravos de notificação compulsória, perfil de morbidade e cobertura vacinal, subsidiando o planejamento das ações e serviços desenvolvidos pela Rede Municipal de Saúde.

4.2.1. MORTALIDADE

Os dados de mortalidade do município de Marcolândia demonstram relativa estabilidade no número de óbitos registrados entre os anos de 2022 e 2025, refletindo o perfil epidemiológico de um município de pequeno porte localizado no semiárido piauiense.

Observa-se discreta elevação no número de óbitos no ano de 2023, seguida de redução gradual nos anos subsequentes. Entre as principais causas de mortalidade destacam-se as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), especialmente doenças cardiovasculares, diabetes mellitus, neoplasias e causas relacionadas ao envelhecimento populacional.

Além disso, fatores socioeconômicos, condições ambientais, acesso aos serviços de saúde e presença de fatores de risco também influenciam diretamente os indicadores de mortalidade municipal.

TABELA 09 – Demonstrativo de mortalidade por ano de 2022 -2025 do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

Ano	Número de Óbitos
2022	48
2023	52
2024	50
2025	47

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2026.

O monitoramento contínuo dos indicadores de mortalidade é fundamental para subsidiar o planejamento das ações de saúde, fortalecimento da Atenção Primária,



vigilância epidemiológica e implementação de estratégias de prevenção e promoção da saúde no município.

Tabela 10 - Principais Causas de Óbitos segundo Capítulo CID-10 (2022–2025) no Município de Marcolândia, 2026.

Capítulo CID-10	Descrição	Número de Óbitos
IX	Doenças do aparelho circulatório	42
II	Neoplasias (tumores)	18
X	Doenças do aparelho respiratório	15
IV	Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	12
XX	Causas externas de morbidade e mortalidade	10
XI	Doenças do aparelho digestivo	8
I	Doenças infecciosas e parasitárias	7
XIV	Doenças do aparelho geniturinário	5
XVIII	Sintomas, sinais e achados anormais	4
Outros capítulos	Demais causas	9

Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM, 2026

Os dados demonstram predominância das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) como principais causas de mortalidade no município de Marcolândia, com destaque para as doenças do aparelho circulatório, responsáveis pelo maior número de óbitos registrados no período analisado.

As neoplasias aparecem como a segunda principal causa de mortalidade, refletindo o impacto do envelhecimento populacional e da necessidade de fortalecimento das ações de prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento especializado.

As doenças respiratórias e endócrinas também apresentam relevância epidemiológica, especialmente relacionadas a fatores como hipertensão arterial, diabetes mellitus, obesidade e complicações respiratórias.

As causas externas, incluindo acidentes e violências, permanecem como importante problema de saúde pública, principalmente entre adultos jovens.

O perfil de mortalidade observado reforça a importância do fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, das ações de vigilância epidemiológica, promoção da saúde e prevenção das doenças crônicas, visando à redução da morbimortalidade e melhoria da qualidade de vida da população.



4.2.2. TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA

A mortalidade prematura corresponde aos óbitos ocorridos em indivíduos com idade entre 30 e 69 anos, especialmente relacionados às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como doenças cardiovasculares, câncer, diabetes mellitus e doenças respiratórias crônicas. Esse indicador é fundamental para avaliação das condições de saúde da população e efetividade das ações de prevenção e promoção da saúde.

Os dados demonstram relativa estabilidade da mortalidade prematura no município de Marcolândia entre os anos de 2022 e 2025, com discreta elevação observada em 2023 e redução progressiva nos anos seguintes. As principais causas associadas à mortalidade prematura no município estão relacionadas às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), especialmente: Doenças cardiovasculares; Diabetes mellitus; Neoplasias; Doenças respiratórias crônicas. Fatores como sedentarismo, alimentação inadequada, tabagismo, consumo abusivo de álcool, obesidade e dificuldades de acesso ao diagnóstico precoce contribuem diretamente para o aumento do risco de mortalidade precoce

TABELA 11 - Total de Mortes Prematuras no Município de Marcolândia (2022–2025), 2026.

Ano	Total de Mortes Prematuras
2022	14
2023	16
2024	13
2025	12

Fonte: DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2026.

4.2.3. MORTALIDADE INFANTIL



Os dados referentes aos óbitos infantis no município de Marcolândia demonstram baixa ocorrência absoluta no período de 2022 a 2025, característica frequentemente observada em municípios de pequeno porte populacional.

A mortalidade infantil constitui um dos mais importantes indicadores das condições de saúde e qualidade da assistência prestada à gestante, ao recém-nascido e à criança, refletindo diretamente aspectos relacionados ao acesso aos serviços de saúde, acompanhamento pré-natal, assistência ao parto, condições socioeconômicas e cobertura vacinal.

Entre os principais fatores associados aos óbitos infantis destacam-se: prematuridade; baixo peso ao nascer; complicações neonatais; infecções e vulnerabilidades sociais e ambientais.

Nesse contexto, torna-se fundamental o fortalecimento das ações de Atenção Primária à Saúde, especialmente relacionadas ao pré-natal, puericultura, imunização, vigilância do crescimento e desenvolvimento infantil, além das estratégias de promoção da saúde e prevenção de agravos na infância.

TABELA 12 - Número Absoluto de Óbitos Infantis (2022–2025) no Município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

Ano	Número de Óbitos Infantis
2022	2
2023	1
2024	2
2025	1

Fonte: DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)

4.2.4. PORPORÇÃO DE OBITOS INFANTIL A INVESTIGADOS

O monitoramento contínuo dos óbitos, aliado à identificação das causas associadas, constitui importante ferramenta para o planejamento e fortalecimento das políticas públicas de saúde, possibilitando a elaboração de estratégias mais adequadas,



resolutivas e eficientes voltadas à prevenção e ao controle da mortalidade na população analisada.

A investigação dos óbitos permite identificar fatores determinantes, vulnerabilidades, possíveis falhas assistenciais e condições relacionadas ao processo saúde-doença, subsidiando ações de vigilância, promoção da saúde e qualificação da assistência prestada pela rede de atenção à saúde.

Nesse contexto, destaca-se que todos os casos de óbitos registrados no município foram devidamente investigados, fortalecendo o acompanhamento epidemiológico e contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade da assistência ofertada à população.

Os dados demonstram elevado percentual de investigação dos óbitos infantis no município de Marcolândia no período analisado, evidenciando o fortalecimento das ações da Vigilância Epidemiológica e o compromisso da gestão municipal com o monitoramento e qualificação da assistência materno-infantil.

A investigação dos óbitos infantis possui papel fundamental na identificação: das causas básicas e associadas; das condições de assistência ao pré-natal, parto e nascimento; dos fatores socioeconômicos e ambientais; das oportunidades de prevenção e intervenção.

TABELA 13 - Demonstrativo da Proporção de Óbitos Infantis Investigados no município de Marcolândia, estado do Piauí. 2026

Ano	Óbitos Infantis	Óbitos Investigados	Proporção Investigada (%)
2022	2	2	100%
2023	1	1	100%
2024	2	2	100%
2025	1	1	100%

Fonte: DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2026.

4.2.5. MORTALIDADE POR MULHERES EM IDADE FÉRTIL



A mortalidade de mulheres em idade fértil corresponde aos óbitos ocorridos entre mulheres de 10 a 49 anos de idade, constituindo importante indicador para avaliação das condições de saúde da mulher, assistência prestada e fatores de vulnerabilidade social e epidemiológica.

Os dados demonstram relativa estabilidade no número de óbitos de mulheres em idade fértil no município de Marcolândia durante o período analisado. As principais causas associadas aos óbitos nessa faixa etária incluem: doenças cardiovasculares; neoplasias; causas externas; complicações relacionadas às doenças crônicas; agravos infecciosos.

O monitoramento da mortalidade de mulheres em idade fértil é essencial para fortalecer as ações de atenção integral à saúde da mulher, especialmente no acompanhamento ginecológico, planejamento reprodutivo, prevenção das neoplasias prevalentes, assistência pré-natal e promoção da saúde. Além disso, a investigação desses óbitos permite identificar fatores determinantes e vulnerabilidades relacionadas às condições socioeconômicas, acesso aos serviços de saúde e qualidade da assistência ofertada pela rede municipal.

TABELA 14 - Demonstrativo de Óbitos em Mulheres em Idade Fértil no município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

Ano	Número de Óbitos
2022	3
2023	4
2024	2
2025	3

Fonte: DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2026

4.3. IMUNIZAÇÃO

O Calendário Nacional de Vacinação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) tem como objetivo proteger a população contra doenças imunopreveníveis, reduzindo casos graves, internações e óbitos por meio da imunização em diferentes fases da vida.



A vacinação constitui uma das principais estratégias de prevenção e controle de doenças infecciosas, contribuindo significativamente para redução da mortalidade infantil, erradicação de doenças e fortalecimento da saúde pública.

As ações de imunização desenvolvidas pelas equipes da Atenção Primária à Saúde fortalecem a cobertura vacinal e promovem proteção individual e coletiva da população.

A partir de 2020, com o advento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), observou-se redução significativa na procura presencial pelos serviços de saúde em diversos países, incluindo o Brasil, impactando diretamente as ações de imunização infantil. As medidas de distanciamento social adotadas para conter a disseminação do vírus influenciaram negativamente o acesso da população aos serviços de vacinação, contribuindo para a diminuição das coberturas vacinais.

Além disso, a preocupação dos pais e responsáveis em expor crianças ao vírus SARS-CoV-2 durante o deslocamento e permanência nas unidades de saúde também colaborou para a redução da adesão às vacinas de rotina. Embora estratégias como telemedicina e acompanhamento remoto tenham sido amplamente utilizadas para manutenção de diversos cuidados em saúde, as ações de imunização continuaram dependendo da presença física da população nos serviços de vacinação.

A pandemia da COVID-19 representou um grande desafio para os sistemas de saúde em todo o mundo, afetando a continuidade dos serviços essenciais, especialmente os programas de imunização. Tanto a vacinação de rotina quanto as campanhas de vacinação em massa sofreram impactos, diante da necessidade de reorganização dos serviços e das medidas de prevenção à transmissão viral, resultando em queda nas taxas de vacinação infantil.

Diante desse cenário, a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Coordenação da Atenção Primária à Saúde e da equipe técnica de imunização, vem desenvolvendo estratégias voltadas à retomada e fortalecimento das ações de vacinação, visando recuperar as coberturas vacinais e reduzir o risco de reintrodução de doenças imunopreveníveis. Entre as principais estratégias adotadas destacam-se:

- Fortalecimento de parcerias com líderes comunitários para auxiliar na comunicação ativa com pais e responsáveis, sensibilizando sobre a importância da vacinação;



- Identificação e correção das lacunas vacinais, incluindo busca ativa de crianças e comunidades não alcançadas durante o período pandêmico;
- Organização da vacinação contra a COVID-19 de forma paralela às ações de imunização infantil, evitando prejuízos à vacinação de rotina;
- Implementação de medidas para prevenção e resposta rápida a surtos de doenças imunopreveníveis;
- Fortalecimento das ações de recuperação das coberturas vacinais como parte dos esforços pós-pandemia;
- Realização de estratégias extramuros, como vacinação domiciliar, em veículos e em locais específicos separados dos demais atendimentos clínicos;
- Identificação de faltosos e convocação da população por meio de registros informatizados e acompanhamento das equipes de saúde.

Essas ações fortalecem o compromisso da gestão municipal com a proteção da população, ampliação das coberturas vacinais e prevenção de doenças imunopreveníveis, contribuindo para a promoção da saúde pública e segurança sanitária da comunidade.

Os resultados das ações de vacinação no município de Marcolândia demonstram o esforço contínuo da Secretaria Municipal de Saúde para fortalecer o Programa Nacional de Imunizações (PNI), ampliar as coberturas vacinais e reduzir o risco de doenças imunopreveníveis na população.

Após os impactos causados pela pandemia da COVID-19, o município intensificou estratégias de busca ativa, vacinação extramuros, campanhas educativas e monitoramento da situação vacinal da população, especialmente entre crianças, gestantes, idosos e grupos prioritários.

Os resultados demonstram evolução positiva das ações de imunização no município de Marcolândia, evidenciando o compromisso da gestão municipal e das equipes de saúde com a prevenção de doenças e proteção da população.

O fortalecimento contínuo das estratégias de vacinação é fundamental para manutenção das coberturas vacinais adequadas e prevenção do retorno de doenças imunopreveníveis já controladas no país.



TABELA 15 - Percentual de Cobertura Vacinal por Vacina no Município de Marcolândia, estado do Piauí 2026.

Vacina	Cobertura Vacinal (%) *
BCG	98%
Hepatite B	96%
Pentavalente	93%
Poliomielite (VIP/VOP)	91%
Pneumocócica 10V	90%
Rotavírus	88%
Meningocócica C	89%
Febre Amarela	87%
Tríplice Viral	92%
DTP Reforço	90%
Influenza	94%
COVID-19	85%

Fonte: SI-PNI – Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações, 2026

Os dados demonstram evolução positiva da cobertura vacinal no município de Marcolândia durante o ano de 2025, refletindo o fortalecimento das ações de imunização desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde e equipes da Atenção Primária.

Observa-se maior cobertura nas vacinas BCG, Hepatite B e Influenza, evidenciando boa adesão da população às campanhas e à vacinação de rotina. Entretanto, algumas vacinas ainda apresentam cobertura abaixo da meta preconizada pelo Ministério da Saúde, especialmente Febre Amarela, Rotavírus e COVID-19, demonstrando a necessidade de intensificação das estratégias de busca ativa e conscientização da população.

4.4. DOENÇAS TRANSVERSAIS E DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIAS

O encerramento oportuno das Doenças de Notificação Compulsória (DNC) constitui uma das ações prioritárias da Vigilância Epidemiológica, representando importante indicador da capacidade de resposta do sistema de saúde frente aos agravos de relevância em saúde pública.

Esse processo demonstra a eficiência dos serviços de saúde na investigação, acompanhamento e adoção de medidas de prevenção e controle em tempo oportuno,



diante da ocorrência de casos suspeitos ou confirmados de doenças e agravos de notificação compulsória.

O encerramento adequado das notificações possibilita maior qualidade das informações epidemiológicas, fortalecimento do monitoramento dos agravos e tomada de decisões mais rápidas e eficazes pelas equipes de saúde, contribuindo diretamente para redução de riscos, controle da disseminação de doenças e proteção da população.

Além disso, o acompanhamento contínuo das notificações fortalece as ações da Vigilância em Saúde e da Atenção Primária, permitindo maior integração entre os serviços e melhoria da capacidade de resposta frente.

TABELA 16 - Proporção de Casos de Doenças de Notificação Compulsória Imediata Encerrados em até 60 Dias após Notificação no Município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

Ano	Casos Notificados	Casos Encerrados em até 60 dias	Proporção (%)
2022	38	34	89,5%
2023	42	39	92,8%
2024	35	33	94,2%
2025	31	30	96,7%

Fonte: SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação, 2026.

Os dados demonstram evolução positiva no encerramento oportuno dos casos de Doenças de Notificação Compulsória Imediata (DNCI) no município de Marcolândia entre os anos de 2022 e 2025.

Observa-se aumento gradual da proporção de casos encerrados em até 60 dias após a notificação, evidenciando fortalecimento das ações da Vigilância Epidemiológica, melhoria na qualidade das investigações e maior agilidade na resposta aos agravos de interesse em saúde pública.

O encerramento oportuno das notificações é fundamental para: qualificação das informações epidemiológicas; monitoramento adequado dos agravos; implementação



rápida das medidas de controle; redução da transmissão de doenças; fortalecimento da Vigilância em Saúde.

Os resultados alcançados refletem o compromisso da gestão municipal e das equipes de saúde com a organização dos serviços, monitoramento contínuo dos casos e fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica no território.

4.5. NOTIFICAÇÃO DE DENGUE

A Dengue é uma doença viral febril aguda transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, podendo apresentar-se de forma leve ou grave, conforme a evolução clínica do paciente. As manifestações variam desde a Dengue clássica até formas mais severas, como a Dengue grave, anteriormente denominada Febre Hemorrágica da Dengue, podendo evoluir para complicações e óbito. Dessa forma, a doença configura-se como um dos principais problemas de saúde pública no Brasil.

A maior incidência dos casos costuma ocorrer nos primeiros meses do ano, período caracterizado pelo aumento das chuvas e condições favoráveis à proliferação do vetor. Esse cenário evidencia a necessidade da intensificação das ações de prevenção e controle do mosquito, associadas ao monitoramento epidemiológico e à identificação das áreas de maior risco por meio do mapeamento dos focos do vetor e análise da ocorrência dos casos notificados.

No município, por meio da Vigilância Epidemiológica e em articulação com as equipes da Atenção Primária à Saúde, permanecem sendo desenvolvidas ações contínuas de enfrentamento à Dengue e controle do mosquito *Aedes aegypti*, visando reduzir a transmissão da doença e proteger a população. Entre as principais ações desenvolvidas destacam-se: notificação e monitoramento dos casos suspeitos e confirmados; investigação epidemiológica dos casos; realização de busca ativa de casos nas comunidades; coleta e encaminhamento de amostras laboratoriais ao laboratório de referência; desenvolvimento de atividades de educação em saúde junto à população; análise epidemiológica da situação da doença no município; visitas domiciliares para identificação e eliminação de criadouros; mobilização comunitária e campanhas de conscientização; ações integradas entre Vigilância em Saúde e Atenção Primária.



TABELA 17 - Notificação dos Casos de Dengue (2022–2025) no Município de Marcolândia, estado do Piauí. 2026.

Ano	Casos Notificados
2022	18
2023	27
2024	21
2025	15

Fonte: SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação, 2026.

O acompanhamento contínuo dos casos de dengue é fundamental para subsidiar o planejamento das ações de prevenção, controle do vetor e resposta rápida frente ao aumento de casos, contribuindo para redução da transmissão e proteção da população

4.6. NOTIFICAÇÃO DE COVID

A partir da declaração da Emergência em Saúde Pública decorrente da COVID-19, a Secretaria Municipal de Saúde de Marcolândia, por meio da Coordenação de Vigilância Epidemiológica, elaborou e publicou o primeiro Protocolo Municipal de Enfrentamento ao Novo Coronavírus, documento que passou por constantes atualizações conforme a evolução epidemiológica da doença no Brasil e no mundo, acompanhando as recomendações do Ministério da Saúde e dos órgãos sanitários competentes.

O município estruturou suas ações com base em um Plano de Contingência para enfrentamento da pandemia, possibilitando a organização da rede de atenção à saúde diante das diferentes fases de transmissão da doença. Durante o período pandêmico, observou-se alternância de picos de surtos em diferentes meses, exigindo intensificação das ações assistenciais, vigilância epidemiológica e reorganização dos serviços de saúde municipais.

Diante da circulação do vírus SARS-CoV-2, tornaram-se essenciais ações contínuas voltadas à prevenção, diagnóstico precoce, monitoramento dos casos confirmados e rastreamento de contatos, além da organização permanente da rede de serviços para garantir resposta rápida e adequada às demandas relacionadas à COVID-19.



Entre as principais ações desenvolvidas pelo município destacaram-se: monitoramento epidemiológico dos casos suspeitos e confirmados; realização de testes diagnósticos; acompanhamento domiciliar e monitoramento dos pacientes; rastreamento e acompanhamento de contatos; campanhas educativas e orientações à população; intensificação das ações de vacinação contra COVID-19; reorganização da Atenção Primária à Saúde; fortalecimento das medidas de prevenção e biossegurança nos serviços de saúde.

Além disso, houve necessidade de adequação contínua do processo de trabalho das equipes de saúde, visando garantir que as ações relacionadas à COVID-19 fossem desenvolvidas paralelamente às demais atividades essenciais da Atenção Primária, assegurando a continuidade do cuidado integral à população e a manutenção dos serviços regulares de saúde.

O enfrentamento da pandemia reforçou a importância da Vigilância em Saúde, da Atenção Primária e da integração entre os diversos setores da rede municipal, contribuindo para o fortalecimento das estratégias de prevenção, promoção e assistência em saúde pública.

TABELA 18 - Notificação de Casos de COVID-19 no Município de Marcolândia, estado do Piauí (2022–2025).

Ano	Casos Notificados
2022	426
2023	198
2024	74
2025	29

Fonte: DATASUS, 2026.

4.7. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO PERFIL DA MORBIDADE AMBULATORIAL, HOSPITALAR E DAS URGÊNCIAS / EMERGÊNCIAS.

No município de Marcolândia, não há estimativa precisa relacionada a esse tipo de mortalidade, considerando que os atendimentos hospitalares de média e alta complexidade são realizados, em sua maioria, por meio da rede de referência regional. Os usuários que necessitam de assistência especializada, urgência, emergência ou



internações hospitalares são encaminhados principalmente para os municípios de Picos e Teresina, conforme organização da Rede de Atenção à Saúde.

Entretanto, o município dispõe de serviços de urgência e emergência, contando com Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que desempenha papel fundamental no atendimento pré-hospitalar, estabilização inicial dos pacientes e encaminhamento adequado aos serviços de referência.

Além disso, a gestão municipal assegura suporte integral aos usuários que necessitam de atendimento fora do domicílio, garantindo transporte sanitário, apoio logístico e assistência necessária para acesso aos serviços especializados, buscando oferecer atendimento humanizado e qualificado à população.

Dessa forma, o município mantém articulação permanente com a rede regional de saúde, fortalecendo o acesso aos serviços hospitalares e especializados, além de garantir suporte assistencial adequado aos pacientes que necessitam de cuidados de maior complexidade.

5.VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A Vigilância Sanitária constitui um conjunto de ações voltadas à proteção da saúde da população, atuando na prevenção, redução e eliminação de riscos sanitários relacionados à produção, circulação, comercialização e consumo de produtos, bem como à prestação de serviços de interesse à saúde. Suas ações também abrangem a fiscalização de ambientes, estabelecimentos, produtos, serviços e processos que possam oferecer riscos à saúde individual e coletiva.

No município de Marcolândia, estado do Piauí, a Secretaria Municipal de Saúde desenvolve ações de Vigilância Sanitária em conformidade com a legislação vigente, as normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA — e as diretrizes do Sistema Único de Saúde — SUS. Entre as principais atribuições, destacam-se:

- Fiscalização de farmácias, drogarias, distribuidoras e postos de medicamentos;
- Inspeção de estabelecimentos que manipulam, armazenam, distribuem ou comercializam alimentos, saneantes, cosméticos e demais produtos de interesse à saúde;



- Verificação da validade, procedência, conservação e acondicionamento de produtos expostos à venda;
- Atendimento a denúncias e reclamações relacionadas a riscos sanitários; orientação a trabalhadores e responsáveis por estabelecimentos quanto às boas práticas sanitárias;
- Ações de educação sanitária e ambiental;
- Inspeção de serviços de saúde, observando condições de higiene, biossegurança, uso de equipamentos de proteção individual e coletiva e descarte adequado de resíduos.

5.1. FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS

- Atua no controle da qualidade de medicamentos e produtos industrializados comercializados no município, fiscalizando o cumprimento da legislação sanitária vigente;
- Fiscaliza distribuidoras, farmácias, drogarias e postos de medicamentos, garantindo o adequado funcionamento dos estabelecimentos de interesse à saúde;
- Fiscaliza a manipulação, o acondicionamento, a distribuição e a comercialização de produtos saneantes, cosméticos e demais produtos relacionados à saúde pública;
- Atende denúncias e reclamações relacionadas à manipulação e comercialização de produtos químicos, além de realizar procedimentos de registro e regularização de empresas e produtos no âmbito de sua competência;
- Realiza inspeções periódicas para averiguar as condições sanitárias e a validade dos produtos disponibilizados para comercialização;

5.2. SANEAMENTO, ALIMENTO E SAÚDE DO TRABALHADOR



- Executa e promove ações de saneamento básico voltadas ao indivíduo e à coletividade, visando à redução da morbimortalidade decorrente de doenças relacionadas às condições inadequadas de saneamento;
- Desenvolve ações de vigilância, controle e fiscalização ambiental, promovendo também atividades de educação sanitária e ambiental;
- Garante a qualidade e a segurança dos alimentos comercializados no município por meio da fiscalização de estabelecimentos produtores, distribuidores e comerciantes de alimentos;
- Atua na identificação, orientação e fiscalização de situações de risco no ambiente de trabalho, propondo medidas preventivas para redução dos agravos à saúde do trabalhador;
- Avalia as causas de acidentes e doenças ocupacionais, orientando os trabalhadores quanto à prevenção de acidentes, ao manejo de materiais perfurocortantes, à destinação adequada de resíduos contaminados e aos métodos de assepsia e biossegurança;
- Inspecciona serviços e estabelecimentos de saúde quanto ao uso de equipamentos de proteção individual e coletiva, às condições de higienização dos ambientes e ao controle de fontes de radiação ionizante nas áreas de Odontologia e Medicina.

6. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL DO SUS.

6.1. REDE FÍSICA INSTALADA

A estrutura gerencial e a prestação dos serviços de saúde no município de Marcolândia são organizadas por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), órgão responsável pela gestão dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS), administração dos recursos humanos e materiais, assistência farmacêutica, além das ações de controle, avaliação e regulação dos serviços ofertados à população.

A atuação da SMS está centrada na coordenação da Rede de Atenção à Saúde e das ações de Vigilância em Saúde, buscando garantir assistência integral, humanizada e



resolutiva aos usuários do sistema público de saúde. O município dispõe de seis unidades de saúde, distribuídas entre a zona urbana e rural, sendo quatro Estratégias de Saúde da Família (ESF), uma E-multi e uma Base do SAMU, responsáveis pela organização da Atenção Primária à Saúde no território

As unidades encontram-se em adequado estado de conservação, contando com estrutura física e equipamentos essenciais para o desenvolvimento das ações preconizadas pelo Ministério da Saúde, mantidos com recursos próprios da Secretaria Municipal de Saúde. Destaca-se o investimento contínuo na modernização e qualificação da Atenção Básica, visando ampliar o acesso, fortalecer os serviços ofertados e proporcionar maior qualidade no cuidado à população.

Os serviços da Atenção Básica funcionam em carga horária integral de 40 horas semanais, ofertando atendimentos médicos, de enfermagem e multiprofissionais, contemplando ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Entre os principais serviços realizados estão consultas médicas e de enfermagem, pré-natal, palestras educativas, vacinação, acompanhamento de grupos prioritários, visitas domiciliares e procedimentos ambulatoriais, como curativos, nebulizações, administração de medicamentos, suturas e retirada de pontos, entre outros.

As unidades de saúde contam ainda com consultórios odontológicos e espaços destinados ao atendimento médico e de enfermagem, permitindo assistência integral e intersetorial, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e no fortalecimento do vínculo entre equipe de saúde e comunidade.

Os atendimentos de urgência e emergência são realizados com suporte da base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Os casos que demandam serviços de média e alta complexidade são encaminhados, por meio de pactuações intermunicipais e da Central de Regulação, para municípios de referência, garantindo continuidade da assistência especializada aos usuários do SUS.

TABELA 19 – Rede de estabelecimento de saúde do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ESTABELECIMENTO	LOCALIZAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde	Rua Maria Felix da Silva I, S/H, Centro Marcolândia – Piauí.
Equipe E-Multi	Avenida João Rodrigues Coutinho, BR 316, Centro, Marcolândia – Piauí.
Laboratório de Prótese Dentearia	Rua Maria Felix da Silva I, S/H, Centro Marcolândia – Piauí.
Vigilância Sanitaria e Epidemiologica	Rua Maria Felix da Silva I, S/H, Centro Marcolândia – Piauí.
Unidade Básica de Saúde – Novo Milênio	Rua 01 de maio, nº 371 – Bairro Novo Milênio – Marcolândia – Piauí. CNES – 2325535 INE - 70653
Unidade Básica de Saúde – Ana Joseja Ramos	Rua Francisca Rita de Almeida, S/N, COHAB – Marcolândia – Piauí.
Unidade Básica de Saúde Serra dos Elias	Comunidade da Serra dos Elias – Área rural de Marcolândia – Piauí.
Unidade Básica de Saúde Josina Davina da Conceição	Comunidade de Morada Nova – Área Rural de Marcolândia – Piauí. CNES – 7779151 INE – 70645
Unidade Básica de Saúde Vo Dila	Cominudade do Tamboril - Área Rural de Marcolândia – Piauí.
Unidade Básica de Saúde – Marcolândia	Rua Maria Felix da Silva I, S/H, Centro Marcolândia – Piauí. CNES: 2325535 INE – 70645
Unidade Básica de Saúde – Saúde para Todos.	Rua Maria Felix da Silva I, S/H, Centro Marcolândia – Piauí. CNES: 7779186 INE –1505327
Base do SAMU	Rua Francisca Rita de Almeida, S/N, COHAB – Marcolândia – Piauí.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Marcolândia – estado do Piauí, 2026.



6.2. RECURSOS HUMANOS

Os Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde de Marcolândia desempenham papel fundamental na organização, planejamento e execução das ações e serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no município. A gestão de pessoal é coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela administração, acompanhamento e qualificação contínua dos profissionais que atuam na Rede Municipal de Saúde.

O quadro de recursos humanos é composto por equipes multiprofissionais distribuídas nos diversos pontos de atenção à saúde, incluindo as Estratégias de Saúde da Família (ESF), unidades básicas de saúde, serviços de vigilância em saúde, assistência farmacêutica, saúde bucal, regulação, gestão administrativa e serviços de apoio. Entre os profissionais que compõem a rede municipal destacam-se médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, odontólogos, agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, farmacêuticos, profissionais administrativos e equipes de apoio operacional.

A Secretaria Municipal de Saúde busca fortalecer continuamente a política de valorização profissional, promovendo capacitações, treinamentos e ações de educação permanente em saúde, com o objetivo de qualificar os serviços prestados à população e aprimorar os processos de trabalho das equipes.

Além disso, os profissionais atuam de forma integrada e intersetorial, desenvolvendo ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, contribuindo para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde e para a melhoria dos indicadores de saúde do município.

A organização dos recursos humanos visa garantir assistência humanizada, acessível e resolutiva, assegurando atendimento contínuo e de qualidade à população marcolandense em todos os níveis de atenção à saúde.

O quadro de recursos humanos da Secretaria Municipal de Saúde é composto por profissionais efetivos, contratados e prestadores de serviços, distribuídos entre a Atenção Primária à Saúde, Vigilância em Saúde, assistência especializada, gestão administrativa e serviços de apoio, garantindo o funcionamento contínuo da Rede Municipal de Saúde.



TABELA 20 – Relação dos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

RELAÇÃO DE CARGOS	TIPO DE VÍNCULOS			TOTAL
	EFETIVOS	COMISSIONADOS	CONTRATADOS	
Agentes Comunitários de endemias	02	00	03	05
Agentes Comunitários de Saúde	17	00	06	23
Assistente Social	00	00	01	01
Auxiliar Administrativo	00	00	02	02
Auxiliar de Serviços Gerais	00	00	06	05
Digitador	00	00	05	05
Enfermeiras (o)	03	00	02	05
Fisioterapeuta	00	00	02	01
Fonoaudióloga	00	00	01	01
Medico	00	00	04	04
Motoristas	01	00	05	06
Nutricionista	00	00	01	01
Odontólogos	03	00	03	06
Recepcionista	00	00	06	06
Técnicos de Enfermagem	03	00	05	08
Técnicos de Saúde Bucal	00	00	04	04
Vigia	00	00	04	04

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Marcolândia, Piauí – 2026.

No que se refere à jornada de trabalho dos profissionais, cumprem oito horas diárias. O relacionamento interno da equipe de saúde revela a existência de responsabilidade coletiva pelos resultados do trabalho, acarretando em uma continuidade entre as ações específicas de cada profissional, onde a integração gerencial de habilidades e talentos individuais resulta em uma competência coletiva produzindo serviços eficientes e com mais efetividade.

Os profissionais encontram-se distribuídos nas Unidades Básicas de Saúde, Estratégias de Saúde da Família, serviços de saúde bucal, vigilância em saúde, assistência farmacêutica, regulação, transporte sanitário e demais setores vinculados à rede municipal de saúde, contribuindo para o fortalecimento das ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde da população.

A gestão municipal busca continuamente fortalecer a política de valorização profissional, promovendo capacitações, educação permanente em saúde e melhorias nas condições de trabalho, visando qualificar os serviços ofertados e garantir assistência



humanizada e resolutiva à população.

7. PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS

A gestão municipal de saúde de Marcolândia reconhece a Atenção Primária à Saúde como principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e eixo estruturante da Rede de Atenção à Saúde. Nesse contexto, prioriza-se o fortalecimento e a ampliação da Estratégia de Saúde da Família (ESF), visando garantir acesso universal, atendimento humanizado, resolutividade e melhoria contínua da qualidade dos serviços ofertados à população.

A organização dos serviços de saúde busca assegurar atenção integral ao usuário, por meio da articulação entre promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, integrando os diferentes níveis de complexidade da assistência à saúde. Paralelamente ao fortalecimento da Atenção Básica, a gestão municipal mantém o compromisso com a assistência de média e alta complexidade, através da pactuação regionalizada e do fortalecimento do sistema de referência e contrarreferência.

A política municipal de saúde também está fundamentada nos princípios da humanização da assistência, da equidade, da integralidade do cuidado e da participação social, promovendo práticas assistenciais seguras, acolhedoras e centradas nas necessidades da população. Dessa forma, busca-se consolidar um modelo de atenção à saúde mais eficiente, acessível e comprometido com a melhoria dos indicadores de saúde do município.

7.1. PRIORIDADES

- Fortalecer as ações de prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento da Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus;
- Intensificar as ações de vigilância, prevenção e controle das doenças diarreicas agudas;
- Ampliar o monitoramento, controle e tratamento dos casos de Tuberculose e Hanseníase;



- Melhorar e modernizar a estrutura física da rede municipal de saúde;
- Fortalecer e oficializar o sistema de referência e contrarreferência, inclusive nos atendimentos de urgência e emergência;
- Capacitar e qualificar continuamente os profissionais da rede municipal de saúde;
- Manter e ampliar as coberturas vacinais conforme as metas estabelecidas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI);
- Reduzir os fatores associados à mortalidade infantil e fortalecer a atenção materno-infantil;
- Garantir a manutenção dos contratos e parcerias da rede complementar privada, conforme os princípios e diretrizes do SUS;
- Fortalecer as ações de Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária e Educação em Saúde nas escolas e comunidades;
- Desenvolver estratégias intersetoriais voltadas à melhoria do saneamento básico e das condições ambientais;
- Reduzir os casos de diarreia, desidratação, desnutrição e infecções respiratórias agudas (IRA) em crianças;
- Intensificar o rastreamento, diagnóstico e acompanhamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), HIV/AIDS e Sífilis;
- Fortalecer as ações de controle de zoonoses e vigilância ambiental;
- Realizar campanhas educativas e de conscientização sobre doenças emergentes, endêmicas e negligenciadas;
- Garantir a realização dos exames preconizados no pré-natal para 100% das gestantes acompanhadas na rede municipal;
- Aprimorar o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil;
- Garantir a testagem rápida para HIV, Sífilis e Hepatites Virais durante o pré-natal;
- Fortalecer as ações de promoção da saúde mental e prevenção do uso abusivo de álcool e outras drogas;
- Incentivar ações de promoção da alimentação saudável, atividade física e qualidade de vida.

7.2. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



- Priorizar ações de promoção e prevenção da saúde em todos os níveis de atenção, sem prejuízo das ações curativas e assistenciais;
- Implementar e fortalecer programas estratégicos de saúde voltados à saúde materno-infantil, hipertensão arterial, diabetes mellitus, tuberculose, hanseníase, IST/AIDS, imunização, saúde mental e controle das endemias;
- Fortalecer as ações de Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população;
- Desenvolver ações integradas de monitoramento e controle da qualidade da água para consumo humano, em parceria com os demais setores da administração municipal;
- Avaliar e aperfeiçoar o gerenciamento dos resíduos sólidos e estimular práticas de coleta seletiva e educação ambiental;
- Fortalecer o Programa Saúde na Escola (PSE), promovendo ações educativas sobre saúde, meio ambiente, prevenção de doenças e promoção da qualidade de vida;
- Intensificar as ações voltadas à saúde do adolescente, com foco na prevenção da gravidez precoce, ISTs, uso de álcool e outras drogas, violência e promoção da saúde mental;
- Realizar ações educativas contínuas junto às comunidades, incentivando hábitos saudáveis e o autocuidado;
- Identificar fatores socioeconômicos e ambientais que impactam negativamente a saúde da população, subsidiando o planejamento das ações de saúde pública;
- Fortalecer a integração entre Atenção Básica, Vigilância em Saúde e Rede de Atenção Especializada;
- Incentivar a participação popular e o fortalecimento do controle social por meio do Conselho Municipal de Saúde;
- Implantar ações de educação permanente para qualificação dos profissionais da rede municipal de saúde;
- Desenvolver estratégias de humanização do atendimento, promovendo acolhimento e melhoria da experiência do usuário nos serviços de saúde;



- Ampliar as ações de busca ativa para acompanhamento de grupos prioritários e usuários em situação de vulnerabilidade social;
- Fortalecer as ações de monitoramento e avaliação dos indicadores de saúde, visando maior eficiência e qualidade na gestão dos serviços.

8. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde de Marcolândia desenvolve ações e programas voltados à promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde da população, fortalecendo a Atenção Primária à Saúde e integrando as ações de Vigilância em Saúde, assistência especializada e educação em saúde. As atividades são executadas em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), priorizando a integralidade, equidade, humanização e participação social.

8.1. VIGILÂNCIA EM SAÚDE

- Implementar ações de vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis e não transmissíveis;
- Notificar, investigar e encerrar oportunamente os casos de doenças de notificação compulsória;
- Realizar ações do Programa VIGIÁGUA, monitorando a qualidade da água para consumo humano;
- Desenvolver ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, eliminando focos e criadouros;
- Investigar casos suspeitos de doenças exantemáticas, Paralisia Flácida Aguda (PFA), tuberculose e hanseníase;
- Investigar óbitos infantis, fetais e de mulheres em idade fértil;
- Fortalecer as ações de Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental.

8.2. SAÚDE DA CRIANÇA

As ações de saúde da criança têm como objetivo fortalecer o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, contribuindo para a redução da mortalidade



infantil e melhoria da qualidade de vida das crianças do município. Entre as principais atividades destacam-se:

- Garantia da realização do teste do pezinho;
- Acompanhamento sistemático de puericultura;
- Monitoramento nutricional e vacinal;
- Promoção do aleitamento materno exclusivo;
- Monitoramento das doenças prevalentes na infância;
- Capacitação dos profissionais para acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil;
- Investigação e notificação de casos de violência contra crianças;
- Garantia da cobertura vacinal preconizada pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI).

8.3. SAÚDE DO ADOLESCENTE

As ações voltadas aos adolescentes buscam promover saúde integral, prevenção de agravos e fortalecimento do protagonismo juvenil, incluindo:

- Promoção do crescimento e desenvolvimento saudável;
- Prevenção da gravidez na adolescência e ISTs;
- Educação em saúde sobre álcool, drogas, violência e saúde mental;
- Capacitação dos profissionais para atenção integral ao adolescente;
- Desenvolvimento de ações intersetoriais com escolas e comunidade.

8.4. SAÚDE DA MULHER

As ações direcionadas à saúde da mulher priorizam o cuidado integral, humanizado e contínuo, contemplando:

- Acompanhamento do pré-natal e puerpério;
- Testagem e tratamento de ISTs durante a gestação;
- Oferta de métodos contraceptivos;
- Prevenção e rastreamento do câncer de colo do útero e mama;



- Fortalecimento do planejamento familiar;
- Combate à violência doméstica e sexual;
- Garantia do fornecimento de ácido fólico e sulfato ferroso às gestantes.

8.5. SAÚDE BUCAL

As equipes de Saúde Bucal desenvolvem ações preventivas, educativas e assistenciais, visando ampliar o acesso da população aos serviços odontológicos, incluindo:

- Ações educativas nas escolas e comunidades;
- Atendimento odontológico preventivo e restaurador;
- Visitas domiciliares;
- Ampliação do acesso à primeira consulta odontológica;
- Monitoramento das condições epidemiológicas de saúde bucal.

8.6. PROGRAMA DE CONTROLE DA TUBERCULOSE

- Realização de campanhas educativas;
- Busca ativa de sintomáticos respiratórios;
- Monitoramento do tratamento e visitas domiciliares;
- Notificação dos casos no SINAN;
- Promoção do suporte emocional e nutricional aos pacientes.

8.7. PROGRAMA DE CONTROLE DA HANSENÍASE

- Identificação precoce de casos;
- Campanhas educativas;
- Visitas domiciliares aos faltosos;
- Qualificação dos profissionais para diagnóstico e prevenção de incapacidades;
- Monitoramento e notificação dos casos no SINAN.

8.8. IST/HIV/AIDS



- Realização de campanhas educativas e preventivas;
- Testagem rápida para HIV e Sífilis;
- Acompanhamento das pessoas vivendo com HIV/AIDS;
- Capacitação permanente dos profissionais da rede de saúde.

8.9. SAÚDE DO IDOSO

As ações de atenção à saúde do idoso têm como foco o envelhecimento saudável e a promoção da qualidade de vida, por meio de:

- Incentivo à prática de atividades físicas;
- Promoção da alimentação saudável;
- Prevenção de quedas;
- Controle de doenças crônicas;
- Educação em saúde e inclusão social da pessoa idosa.

8.10. SAÚDE MENTAL

- Fortalecimento do acolhimento às pessoas em sofrimento psíquico;
- Desenvolvimento de ações educativas e campanhas de conscientização;
- Garantia do acesso aos medicamentos de saúde mental;
- Referenciamento para serviços especializados da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

8.11. PROGRAMA HIPERDIA

- Acompanhamento de pacientes hipertensos e diabéticos;
- Orientações sobre alimentação saudável e atividade física;
- Garantia do fornecimento de medicamentos;
- Encaminhamento para especialidades quando necessário;
- Desenvolvimento de ações educativas e preventivas.

8.12. EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE



- Realização de capacitações e treinamentos para profissionais;
- Desenvolvimento de campanhas educativas;
- Promoção de ações de educação em saúde para grupos prioritários.

8.13. PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)

O Programa Saúde na Escola promove ações integradas entre saúde e educação, fortalecendo atividades de promoção da saúde, prevenção de doenças e avaliação das condições de saúde dos estudantes da rede municipal.

8.14. PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO TABAGISMO (PNCT)

O programa desenvolve ações educativas e preventivas voltadas à redução do tabagismo e seus agravos, incentivando a cessação do uso do tabaco e promovendo qualidade de vida à população.

8.15. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – QUALIFAR-SUS

- Descentralização da farmácia básica;
- Implantação e fortalecimento do sistema HÓRUS;
- Estruturação das farmácias das unidades básicas de saúde;
- Controle e monitoramento da dispensação de medicamentos.

9. REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

A organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) tem como objetivo estruturar os serviços de forma integrada e articulada, considerando as necessidades de saúde da população e o enfrentamento das vulnerabilidades, agravos e doenças que acometem os indivíduos e coletividades.

9.1. REDE ALYNE

A Rede Alyne foi instituída pelo Ministério da Saúde como estratégia de fortalecimento da atenção integral à saúde materna, infantil e neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), substituindo a antiga Rede Cegonha. A rede tem como



objetivo garantir assistência humanizada e qualificada às gestantes, puérperas, recém-nascidos e crianças, promovendo o cuidado integral desde o planejamento reprodutivo até o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil.

No município de Marcolândia, as ações da Rede Alyne são desenvolvidas por meio da Atenção Primária à Saúde, com foco no acompanhamento pré-natal, puerpério, promoção do aleitamento materno, imunização, planejamento familiar e monitoramento do crescimento e desenvolvimento infantil.

O município integra o fluxo assistencial da Região de Saúde Vale do Guaribas, contando com os seguintes pontos de referência:

- Pré-natal de alto risco: CLISAM - Clínica Integrada de Saúde da Mulher;
- Parto e nascimento de médio e baixo risco: Hospital Regional Justino Luz;
- Parto e nascimento de alto risco: Maternidade Dona Evangelina Rosa.

As ações relacionadas ao acolhimento das gestantes, estratificação de risco, assistência ao puerpério, atenção integral à criança, transporte sanitário e regulação são coordenadas pela rede municipal de saúde em articulação com os serviços de referência regional.

9.2. REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS)

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, tem como finalidade ampliar e articular os pontos de atenção voltados às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas.

No município de Marcolândia, as ações de saúde mental contam com atendimento psicológico realizado por profissional vinculado à equipe multiprofissional da Atenção Primária à Saúde. Os atendimentos especializados são referenciados ao Centro de



Atenção Psicossocial (CAPS), município pactuado para assistência especializada em saúde mental.

9.3. REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS (RUE)

A Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) tem como finalidade articular e integrar os serviços de saúde para garantir acesso qualificado, humanizado e oportuno aos usuários em situação de urgência e emergência. Entre os componentes da RUE destacam-se:

- Promoção e prevenção;
- Atenção Primária à Saúde;
- Unidades Básicas de Saúde;
- Serviços hospitalares;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
- Portas hospitalares de urgência e emergência;
- Atenção domiciliar e suporte especializado.

No município de Marcolândia, a rede encontra-se em processo de fortalecimento, contando atualmente com os seguintes pontos de atenção:

- Atenção Primária à Saúde;
- Unidades Básicas de Saúde;
- SAMU
- Referência Hospitalar Regional no Hospital Regional Justino Luz.

9.4. REDE DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS

A Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas tem como finalidade promover assistência integral aos usuários com condições crônicas, desenvolvendo ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da qualidade de vida.

Na Região de Saúde Vale do Itaim, a rede está estruturada nos seguintes componentes:



Atenção Básica

A Atenção Básica atua como ordenadora da rede e coordenadora do cuidado, sendo a principal porta de entrada do SUS e responsável pelo acompanhamento contínuo da população adscrita.

Atenção Especializada

A assistência especializada contempla serviços ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade, incluindo:

- Centros especializados e clínicas conveniadas em Picos;
- Centros especializados e clínicas conveniadas em Teresina;
- Hospital Regional Justino Luz.

Assistência Oncológica

As ações de prevenção e controle do câncer de colo do útero e mama são realizadas por meio de:

- Exames citopatológicos e avaliação clínica nas Unidades Básicas de Saúde;

Encaminhamento para serviços especializados da CLISAM - Clínica Integrada de Saúde da Mulher e serviços conveniados ao SUS

9.5. REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência foi instituída pela Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012, com o objetivo de ampliar o acesso e qualificar o atendimento às pessoas com deficiência no âmbito do SUS, promovendo atenção integral e articulada entre os diferentes níveis de atenção à saúde. No território de referência, a assistência é organizada através dos seguintes pontos de atenção:

- Centro Especializado em Reabilitação (CER);
- Clínica Santa Ana;



- Serviços de Atenção Odontológica à Pessoa com Deficiência na Atenção Básica;
- Hospital Regional Justino Luz.

10.DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

No âmbito da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), o financiamento da saúde pública e o padrão de execução dos gastos constituem elementos essenciais para a manutenção, organização e fortalecimento das ações e serviços de saúde ofertados à população. Ao longo dos anos, o financiamento do SUS passou por importantes mudanças normativas e constitucionais, visando garantir maior estabilidade, transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos destinados à saúde.

A partir da Emenda Constitucional nº 29/2000, foram estabelecidos percentuais mínimos de aplicação em ações e serviços públicos de saúde pelas três esferas de governo. Posteriormente, a Lei Complementar nº 141/2012 regulamentou a referida emenda, definindo os critérios de financiamento, fiscalização, avaliação e controle das despesas em saúde, além de estabelecer quais ações poderiam ser consideradas como despesas em saúde pública.

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 86/2015, houve alteração na forma de vinculação dos recursos federais destinados à saúde, passando a considerar percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL) da União. A legislação também reforçou a necessidade de observância dos critérios epidemiológicos, demográficos, socioeconômicos e regionais na distribuição dos recursos, buscando reduzir desigualdades e fortalecer a equidade no acesso aos serviços de saúde.

Posteriormente, novas alterações no financiamento federal do SUS foram implementadas, especialmente com a publicação da Portaria GM/MS nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que reorganizou os repasses federais destinados aos estados e municípios. A normativa reduziu os antigos blocos de financiamento para duas modalidades de transferência: custeio e investimento, proporcionando maior autonomia e flexibilidade na gestão financeira dos entes federativos, sem perder a vinculação às ações e serviços públicos de saúde.



Nos últimos anos, o financiamento do SUS também passou por atualizações relacionadas ao modelo de cofinanciamento da Atenção Primária à Saúde, por meio do programa Previnde Brasil e, mais recentemente, pela reestruturação da Política Nacional de Atenção Básica, fortalecendo os mecanismos de financiamento vinculados ao desempenho, cobertura assistencial e vulnerabilidade social dos territórios.

Nesse contexto, o município de Marcolândia busca aprimorar continuamente os processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos recursos financeiros da saúde, visando garantir maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, qualificação da rede de serviços e melhoria dos indicadores de saúde da população.

10.1. RECEITAS

FICHA	COD. DA RECEITA	DETALHAMENTO DAS RECEITAS	VALOR
20	1321.00.1.1.02	Receita Remuneração - CUSTEIO	80.366,00
29	1321.00.1.1.12	Receita Remuneração - RECURSOS PRÓPRIOS	2.078,28
30	1321.00.1.1.13	Receita Remuneração - PROG. ESTADO	18.271,76



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



31	1321.00.1.1.15	Receita Remuneração - INVESTIMENTO	2.354,42
57	1718.03.1.1.01	Transf. Rec. SUS-Bloco Manutenção	5.662.393,24
58	1718.03.1.1.03	Transf. Rec. SUS- Agentes Comunitários de Saúde- ACS	828.828,00
60	1718.03.3.1.01	Transf. Rec. SUS- VIGILÂNCIA EM SAÚDE	118.404,00
61	1718.03.4.1.01	Transf. Rec. SUS-Assistência Farmacêutica	-
63	1718.03.9.1.01	Outras Transferências de Recursos do SUS (Emendas)	3.959.815,00
64	1718.03.9.1.02	Transf. Rec. SUS-OUTROS PROG.FINANC. FUNDO COVID-19	-
100	1728.03.1.1.01	Transf. Rec. ESTADO À SAÚDE	600.611,91
102	1728.03.1.1.03	COFINANCIAMENTO ESTADUAL	67.12907
141	1990.99.1.1.00	OUTRAS RECEITAS - Primárias- PRINCIPAL	31.211,37
120	2418.04.1.1.01	Transf. Capital SUS À saúde-INVESTIMENTO	-
128	2428.03.1.1.01	Transf. Capital do Estado à saúde	-
TOTAL NO PERÍODO	-		-

TABELA 21 - Receitas do último ano orçamentário do quadriênio anterior – 2025 do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

Fonte: SIOPS, 2025.

10.2. DESPESAS

TABELA 22 – Demonstrativo Orçamentário de Despesas com saúde do município de Marcolândia, estado do Piauí, 2026.

PROJ. ATIVIDADE		DETALHAMENTO DAS DESPESAS	VALOR EXECUTADO
CAT. 03	2074	Manutenção da Farmácia	158.488,28



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



(Despesas de custeio)		Básica	
	2075	Manutenção das Ações de Saúde	5.005.842,18
	2077	Apoio a Pessoas Doentes	2.765,00
	2079	Programa Núcleo de Apoio a Saúde da Família	88.395,96
	2081	Manutenção do Estratégia Saúde na Família - ESF	1.137.578,20
	2082	Programa de Agentes Comunitários de Saúde - ACS	1.163.078,87
	2083	Manutenção do Programa Saúde Bucal	246.658,71
	2085	Manutenção da Vigilância Sanitária	160.839,94
	2127	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de ABS	3.944.954,51
	2126	Manutenção do Laboratório de Prótese Dentária (LRPD)	135.036,00
	2132	Manutenção do Cofinanciamento em Saúde	246.658,71
	2133	Manutenção da Atenção Básica	3.759.974,04
CAT. 04 (Despesas de capital)	1081	Aquisição de Veículo para o FMS	194.000,00
	1082	Construção, Reforma, Ampliação de UBS	644.715,57
	1083	Aquisição de Equipamentos	15.010,00

Fonte: SIOPS, 2025.



10.3 – PREVISÃO POR DIVERSAS FONTES E NATUREZA DE DESPESA
(2026 A 2029)

Na tabela abaixo estão as previsões orçamentárias de despesas gerais com saúde que constam no Plano Plurianual do município de Marcolândia-PI para os anos de 2026 a 2029. De acordo com os blocos de atenção relacionados abaixo:

TABELA 23: Previsão orçamentaria para os anos de 2026, 2027, 2028 e 2029 do município de Marcolândia, estado do Piauí.

Subfunção	2026	2027	2028	2029
301 Bloco Atenção Básica	20.831.900,00	22.081.814,00	23.406.722,00	24.811.125,00
304 Vigilância Sanitária	453.400,00	480.604,00	509.440,00	540.006,00

Fonte: SIOPS, 2021.

11. DIRETRIZES, OBJETIVOS, INDICADORES E METAS

TABELA 24: Planejamento das diretrizes, objetivos, indicadores e metas para o plano municipal de saúde (2026 – 2029).

11. 1 - DIRETRIZ Nº 1 - Fortalecer e qualificar a Atenção Primária à Saúde como ordenadora da Rede de Atenção à Saúde, ampliando a cobertura da Estratégia Saúde da Família, Saúde Bucal



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



e Equipe Multiprofissional, com foco na universalização do acesso, na integralidade do cuidado, na promoção da saúde, na prevenção de doenças e agravos e na redução das desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero.

OBJETIVO Nº 1.1 - Fortalecer a capacidade resolutiva da Atenção Primária à Saúde, assegurando acesso universal, cuidado humanizado, integralidade da assistência e desenvolvimento de ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação em saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano (2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
1.1.1	Garantir o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde no município.	Número de Unidades Básicas de Saúde no município.	4	2025	Número	4	Número	4	4	4	4
1.1.2	Manter a cobertura em 100% na atenção primária a saúde no município.	Cobertura populacional acompanhada pela atenção primária à saúde	100,00	-	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.1.3	Ampliar a cobertura de acompanhamento do programa bolsa família pela equipes de atenção primária à saúde	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	85,00	2025	Percentual	95,00	Percentual	90,00	92,00	95,00	95,00
1.1.4	Garantir construção e reforma como ampliação das Unidades Básicas de Saúde	Número de Unidades Básicas de Saúde no município.	4	-	Número	4	Número	4	4	4	4
1.1.5	Ampliar o número de equipe multiprofissionais (e-multi) no município.	Número de equipe multiprofissionais no município.	1	2025	Número	4	Número	2	3	4	4
1.1.6	Fortalecer a Atenção Primária à Saúde com a aquisição de veículos.	Números de veículos utilizados na APS	3	-	Número	4	Número	2	2	4	4
1.1.7	Aquisição de equipamentos e mobiliários com implantação e apoio digital à qualidade do cuidado na APS	Número de Unidade Básica de Saúde no município.	4	2025	Número	4	Número	4	4	4	4

OBJETIVO Nº 1.2 - Garantir o acesso integral à saúde bucal, por meio da promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, assegurando cuidado humanizado e contínuo à população, com foco na redução das desigualdades sociais e na melhoria da qualidade de vida.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano (2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
1.2.1	Manter a cobertura populacional estimada na saúde bucal.	Cobertura populacional estimada de saúde bucal	100,00	2025	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.2.2	Aumentar o percentual de primeira consulta odontológica programada na APS	Cobertura do percentual de primeira consulta odontológica programada na APS	50,00	-	Percentual	90,00	Percentual	60,00	70,00	80,00	90,00
1.2.3	Reduzir a taxa de exodontias na APS	Taxa de exodontias realizadas por equipes de saúde bucal na APS	20,00	2025	Percentual	8,00	Percentual	10,00	10,00	10,00	8,00
1.2.4	Reduzir a incidência de carie em crianças menores de 10 anos.	Escovação supervisionada por ESF	-	-	Percentual	5,00	Percentual	4,00	4,00	4,00	4,00
1.2.5	Intensificar as ações de saúde bucal nas escolas através do PSE	Número de ações realizadas nas escolas	5	2025	Número	10	Número	7	8	9	10

OBJETIVO Nº 1.3 - Qualificar o cuidado materno-infantil, garantindo atenção integral, humanizada e contínua à gestante, puérpera, recém-nascido e criança, com foco na promoção da saúde, prevenção de agravos e redução da morbimortalidade materna e infantil.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
1.3.1	Ampliar o acesso e a qualidade da assistência ao pré-natal e o estímulo ao parto normal.	Proporção de partos normal.	50,00	2025	Percentual	80,00	Percentual	60,00	65,00	70,00	80,00
1.3.2	Reduzir a gravidez na adolescência.	Proporção de gravidez na adolescência	19,00	2025	Percentual	15,00	Percentual	18,00	17,00	15,00	15,00
1.3.3	Reduzir o Número Absoluto de Óbitos Infantis	Taxa de mortalidade infantil	1	-	Número	0	Número	0	0	0	0
1.3.4	Reduzir o número de óbitos em mulheres em idade fértil	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	1	2025	Número	0	Número	0	0	0	0
1.3.5	Ampliar a detecção e tratamento dos casos de sífilis em gestantes, reduzindo a sífilis congênita em menores de um ano.	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano	-	-	Número	0	Número	0	0	0	0
1.3.6	Ampliar a inserção de métodos contraceptivos de longa duração na APS.	Número de procedimentos de inserção de métodos contraceptivos	2	-	Número	5	Número	3	4	5	5
1.3.7	Realizar exames para sífilis e HIV nas gestantes.	Proporção de gestantes com realização de exames de sífilis e HIV	100,00	2025	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.3.8	Garantir o atendimento odontológico em todas as gestantes do município.	Proporção de gestantes com atendimento odontológico.	85,00	-	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.3.9	Ampliar as ações de promoção ao aleitamento materno	Número de ações realizadas sobre a promoção do aleitamento materno.	5	2025	Número	10	Número	5	6	8	10
1.3.10	Fortalecer o calendário vacinal nas crianças menores de 10 anos	Percentual de crianças menores de 10 anos vacinadas.	100,00	2025	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

OBJETIVO Nº 1.4 - Fortalecer e ampliar as ações e serviços de atenção à saúde da mulher, com foco na promoção da saúde, prevenção de agravos, assistência integral, saúde sexual e reprodutiva e redução das desigualdades em saúde.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
1.4.1	Ampliar o rastreamento de câncer de colo de útero em mulheres de 25 a 64 anos.	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	-	-	Percentual	80,00	Percentual	80,00	80,00	80,00	80,00
1.4.2	Potencializar o percentual de mulheres com faixa etária de 50 a 69 anos com exame de mamografia.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	-	-	Percentual	80,00	Percentual	70,00	75,00	80,00	80,00
1.4.3	Fortalecer ações de planejamento reprodutivo.	Número de ações em planejamento familiar realizados	-	-	Número	10	Número	10	10	10	10
1.4.4	Ampliar ações de promoção da saúde da mulher climatérica e idosa	Número de grupos e acompanhamentos realizados.	0	2025	Número	10	Número	5	7	8	10

OBJETIVO Nº 1.5 - Fortalecer a linha de cuidado das condições crônicas na Rede de Atenção à Saúde, garantindo acompanhamento multiprofissional, acesso aos serviços e ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
1.5.1	Ampliar o acompanhamento de hipertensão pelas APS	Proporção de pessoas com hipertensão acompanhadas pela APS	-	-	Percentual	100,00	Percentual	80,00	85,00	90,00	100,00
1.5.2	Eleva a proporção de pessoas com diabetes que realizaram consultas e tiveram hemoglobina glicada solicitada	Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e solicitação de hemoglobina glicada	-	-	Percentual	90,00	Percentual	80,00	85,00	90,00	90,00
1.5.3	Realizar acompanhamento domiciliar para pacientes com hipertensão e diabéticos	Proporção de visitas domiciliares realizadas pela APS	90,00	2025	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.5.4	Reforçar ações de educação e saúde através do Hiperdia	Número de ações do hiperdia realizados pelas APS	9	-	Número	10	Número	10	10	10	10

OBJETIVO Nº 1.6 - Garantir o desenvolvimento de ações integradas de promoção, prevenção e educação em saúde no território, visando à melhoria das condições de vida e saúde da população.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
1.6.1	Ampliar avaliação nutricional no ciclo de vida.	Percentual de avaliação nutricional realizada na APS	65,00	2025	Percentual	90,00	Percentual	80,00	82,00	85,00	86,00
1.6.2	Manter o programa de controle ao tabagismo	Número de grupos de controle ao tabagismo na APS	3	2025	Número	10	Número	4	6	8	10
1.6.3	Ampliar as ações do programa saúde na escola	Número de ações realizadas nas escolas	10,00	2025	Percentual	16	Número	10	10	14	16
1.6.4	Realizar ações de educação em saúde no ciclo de vida	Número de ações realizadas	9	-	Número	15	Número	10	10	13	15
1.6.5	Promover o fortalecimento da atividade física e práticas corporais	Numero de ações em praticas de atividade física e praticas corporais	40	2025	Número	50	Número	50	50	50	50

OBJETIVO Nº 1.7 - Qualificar os processos de trabalho da Atenção Primária à Saúde, garantindo o monitoramento, avaliação e alcance dos indicadores de saúde, com foco na eficiência, integralidade do cuidado e melhoria da assistência à população.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
1.7.1	Manter o cadastro individual atualizado das pessoas cadastradas na APS	Percentual de cadastro atualizados	85,00	2025	Percentual	95,00	Percentual	90,00	92,00	93,00	95,00
1.7.2	Garantir o acompanhamento das pessoas cadastradas na APS	Percentual de pessoas acompanhadas pela APS	-	-	Percentual	95,00	Percentual	90,00	92,00	93,00	95,00
1.7.3	Realizar processo de territorialização	Número de territorialização realizada na APS	0,00	2025	Percentual	1	Número	1	1	1	1

OBJETIVO Nº 1.8 - Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial, ampliando e qualificando as ações de promoção, prevenção e cuidado em saúde mental, com foco na assistência humanizada, no acesso integral aos serviços e na melhoria da qualidade de vida da população.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
1.8.1	Realizar estratificação de risco em saúde mental.	Proporção de estratificação de risco em saúde mental na população em uso de psicotrópicos.	0,00	2025	Percentual	80,00	Percentual	60,00	70,00	80,00	80,00
1.8.2	Promover ações comunitárias de prevenção em saúde mental	Número de ações comunitárias de prevenção a saúde mental	4	2025	Número	10	Número	5	6	8	10
1.8.3	Realizar matriciamento entre as equipes de saúde e CAPS (Simões)	Número de matriciamento entre as equipes de saúde .	1	-	Número	2	Número	1	1	1	2
1.8.4	Manter o convênio com o CAPS do município de Simões - PI	Convênio com o CAPS do município de Simões - PI	1	2025	Número	1	Número	1	1	1	1

11. 2. DIRETRIZ Nº 2 - Fortalecer e ampliar a Rede de Atenção Especializada, assegurando acesso oportuno e qualificado às consultas, exames, procedimentos e serviços especializados, conforme o perfil epidemiológico e as necessidades de saúde da população.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



OBJETIVO Nº 2.1 - Ampliar e qualificar a oferta de serviços especializados em saúde, promovendo a integralidade do cuidado, a redução das barreiras assistenciais e a melhoria do acesso da população aos serviços de média complexidade.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
2.1.1	Ampliar o cuidado especializado no município	Número de especialista contratado pelo município.	0	2025	Número	4	Número	1	2	3	4
2.1.2	Mante o convênio com o CAPS do município de Simões para o atendimento de pacientes com problemas de saúde mental	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	1	-	Número	1	Número	1	1	1	1
2.1.3	Aquisição de materiais e equipamentos para a Base do SAMU	Número de materiais e equipamentos para a base do SAMU	-	2025	Número	30	Número	30	30	30	30
2.1.4	Aquisição de Veículos (ambulâncias) para a base do SAMU	Número de veículos (Ambulância) para a base do SAMU	1	2025	Número	3	Número	3	3	3	3
2.1.5	Manter a oferta de exames de imagens e laboratoriais	Número de exames de imagem e laboratoriais realizados pela secretaria municipal de saúde	0	2025	Número	30.000	Número	30.000	30.000	30.000	30.000
2.1.6	Ampliação da frota de veículos para pacientes que realizam tratamento fora do município	Número de veículos para o tratamento fora do domicílio.	3	-	Número	6	Número	5	6	6	6

11.3. DIRETRIZ Nº 3 - Reduzir e controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, fortalecendo as ações de promoção, prevenção, vigilância e assistência à saúde, com enfoque na superação das desigualdades de acesso regionais e sociais, garantindo cuidado integral, equitativo e humanizado à população.

OBJETIVO Nº 3.1 - Fortalecer as ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e vigilância em saúde, visando reduzir os riscos e agravos à saúde da população e garantir acesso equitativo aos serviços de saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
3.1.1	Garantir que os óbitos sejam registrados com causa básica definida no sistema de informação de mortalidade.	Proporção de registro de óbitos com causas básicas definidas.	100,00	2025	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
3.1.2	Ampliar o percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar	Proporção de cura dos casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial	0,00	-	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
3.1.3	Ampliar os grupos de ações de vigilância sanitária.	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	50,00	2025	Percentual	100,00	Percentual	70,00	80,00	90,00	100,00
3.1.4	Ampliar a realização de exames anti - HIV em todos os casos de tuberculose notificadas	Proporção de exames anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose	0,00	2025	Percentual	100,00	Proporção	100,00	100,00	100,00	100,00
3.1.5	Realizar ações de combate as arboviroses.	Número de ações desenvolvidas nos territórios abscritos as ESF	5	-	Número	10	Número	5	5	8	10
3.1.6	Ampliar a proporção de curas em casos de hanseníase.	Proporção de cura dos casos de hanseníase	100,00	2025	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
3.1.7	Ampliar a proporção de registro de nascidos vivos no SINASC	Proporção de registro de nascidos vivos alimentados no SINASC	100,00	2025	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
3.1.8	Ampliar as salas de vacinas no município.	Número de salas de vacinas no município.	1	2025	Número	4	Número	2	3	4	4
3.1.9	Garantir a realização das ações de vigilância da qualidade da água para o consumo humano	Percentual de amostras realizadas no município.	100,00	2025	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
3.1.10	Garantir a realização dos ciclos de controle vetorial da dengue	Número de ciclos sobre cobertura de imóveis visitados.	6	2025	Número	6	Número	6	6	6	6
3.1.11	Reduzir o percentual de casos sífilis congênita	Percentual de casos de sífilis congênita em relação ao total de casos de sífilis em gestantes.	0,00	2025	Percentual	0,00	Percentual	0,00	0,00	0,00	0,00

11.4. DIRETRIZ Nº 4 - Fortalecer a Política Municipal de Assistência Farmacêutica, garantindo o acesso seguro, equitativo e contínuo aos medicamentos e insumos essenciais, promovendo o



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



uso racional de medicamentos e qualificando os serviços farmacêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde.

OBJETIVO Nº 4.1 - Qualificar e ampliar as ações da Assistência Farmacêutica no município, assegurando o acesso da população aos medicamentos essenciais, a eficiência na gestão dos recursos e a promoção do uso racional de medicamentos.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
4.1.1	Descentralizar a distribuição de medicamentos da farmácia central para as UBS	Número de pontos de distribuição de medicamentos no município.	1	2025	Número	4	Número	4	4	4	4
4.1.2	Formação continuada para a equipe da atenção farmacêutica.	Número de formação continuada.	1	2025	Número	4	Número	1	2	3	4
4.1.3	Garantir os medicamentos constantes no REMUME.	Percentual de medicamentos constante no REMUME	-	-	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
4.1.4	Garantir o uso de sistema de informação para controle de estoque de medicamentos.	Número de sistemas de informação implantados	0	2025	Número	1	Número	1	1	1	1
4.1.5	Aquisição de matérias e equipamentos para a farmácia básica	Número de matérias e equipamentos para a farmácia básica.	0	2025	Número	25	Número	20	20	22	25
4.1.6	Ampliar a promoção de ações sobre o uso racional de medicamentos junto à população e profissionais de saúde.	Número de ações realizadas	1	2025	Número	5	Número	2	3	4	5

11.5. DIRETRIZ Nº 5 - Aprimorar o cuidado à saúde da população, fortalecendo a gestão estratégica do SUS, a valorização do trabalho e da educação em saúde, bem como a implementação de inovações tecnológicas e ações de saúde digital, visando ampliar a qualidade, a eficiência, a humanização e o acesso aos serviços de saúde.

OBJETIVO Nº 5.1 - Fortalecer a gestão estratégica e participativa do SUS municipal, promovendo o planejamento integrado, a transparência, o monitoramento das ações, a participação social e a qualificação dos processos de gestão, visando à melhoria contínua dos serviços de saúde e à garantia do cuidado integral à população.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
5.1.1	Manter o cumprimento do prazo dos instrumentos de gestão.	Número de instrumentos de planejamento do SUS	4	2025	Número	4	Número	4	4	4	4
5.1.2	Garantir condições para a realização das reuniões do Conselho Municipal de Saúde	Número de reuniões do conselho municipal de saúde	12	-	Número	12	Número	12	12	12	12
5.1.3	Realizar formação continuada para os conselheiros municipais de saúde	Número de formações continuadas para os conselheiros municipais de saúde	1	2025	Número	4	Número	1	2	2	4
5.1.4	Implantar ouvidoria municipal de saúde	Ouvidoria na Secretaria Municipal de Saúde	0	2025	Número	1	Número	0	0	1	1
5.1.5	Fortalecer as ações realizadas pelo conselho municipal de saúde	Número de ações do conselho municipal de saúde	1	2025	Número	4	Número	1	2	3	3
5.1.6	Garantir a participação da equipe gestora e técnica em reuniões da CIR e demais colegiados.	Participação da equipe gestora e técnica em reuniões de colegiados.	100,00	2025	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

OBJETIVO Nº 5.2 - Promover e fortalecer a gestão do trabalho e da educação em saúde, por meio da qualificação contínua dos profissionais, valorização das equipes, integração ensino-



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



serviço e desenvolvimento de estratégias que contribuam para a melhoria da assistência, da organização dos serviços e da qualidade do cuidado ofertado à população.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
5.2.1	Ampliar as formações de educação continuada para os profissionais de saúde.	Número de formações continuadas para profissionais da saúde.	5	2025	Número	6	Número	6	6	7	8
5.2.2	Atualização do plano municipal de educação permanente em saúde.	Atualizar o plano municipal de educação permanente em saúde.	1	2025	Número	1	Número	1	1	1	1

OBJETIVO Nº 5.3 -Intensificar a incorporação de inovações tecnológicas e ações de saúde digital nos serviços de saúde, promovendo a modernização dos processos de trabalho, a qualificação da assistência, o fortalecimento da gestão e a ampliação do acesso da população aos serviços de saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2026-2029)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2026	2027	2028	2029
5.3.1	Ampliar os atendimentos em tele saúde.	Ampliar a oferta de tele atendimentos ofertados pelas equipes cadastradas	30,00	2025	Percentual	60,00	Percentual	30,00	40,00	50,00	60,00
5.3.2	Implementar e estruturar salas de tele consultas em todas as UBS do município.	Números de salas estruturadas para o atendimento de tele saúde.	1	2025	Número	4	Número	1	2	3	4
5.3.3	Ampliar a oferta de equipamentos digitais para as UBS	Numero de UBS com equipamentos digitais	4	2025	Número	4	Número	4	4	4	4

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS



A Secretaria Municipal de Saúde, em articulação com os demais setores da administração pública municipal, tem como principal finalidade promover a melhoria da qualidade de vida da população, por meio da implementação de políticas públicas integradas, humanizadas e resolutivas. Nesse contexto, o Plano Municipal de Saúde constitui-se como um importante instrumento de planejamento, gestão e organização das ações e serviços de saúde a serem desenvolvidos no município durante o período de vigência estabelecido.

Este documento norteia as diretrizes, objetivos, metas e estratégias da gestão municipal de saúde, sendo elaborado de forma democrática, participativa e intersetorial, com a colaboração de profissionais das diversas áreas da saúde, gestores, trabalhadores, representantes do Conselho Municipal de Saúde e demais atores envolvidos no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Plano Municipal de Saúde representa um instrumento essencial para o processo de gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde, subsidiando a tomada de decisões e a implementação de ações voltadas à superação dos desafios existentes nos serviços de saúde do município. Busca-se, assim, ampliar o acesso, fortalecer a integralidade do cuidado, promover a humanização da assistência e garantir maior qualidade, eficiência e resolutividade nos serviços ofertados à população.

Além disso, este plano foi concebido não apenas para atender às exigências legais e normativas do SUS, mas, sobretudo, para ser um instrumento operativo, dinâmico e contínuo, capaz de orientar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações de saúde, por meio das Programações Anuais de Saúde e dos Relatórios Anuais de Gestão.

A proposta fundamenta-se na transparência, no diálogo, na participação social e na construção coletiva de estratégias que fortaleçam a gestão estratégica e participativa do SUS municipal, incorporando também processos de inovação, educação em saúde, valorização do trabalho e ações de saúde digital.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARCOLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Dessa forma, o município reafirma seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e humanizada, pautada na defesa da vida, na promoção da saúde e na garantia dos direitos fundamentais da população.